



RELAÇÕES ENTRE O PARLAMENTO EUROPEU E OS PARLAMENTOS NACIONAIS DA UE

RELATÓRIO ANUAL
DE 2017



Parlamento Europeu

PT

PARLAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA



O funcionamento da União Europeia baseia-se na democracia representativa.



751 MEPs



Os cidadãos estão diretamente representados, ao nível da UE, no Parlamento Europeu.

Os Estados-Membros estão representados no Conselho Europeu pelo respetivo Chefe de Estado ou de Governo e no Conselho pelos respetivos Governos, eles próprios democraticamente responsáveis, quer perante os respetivos Parlamentos nacionais, quer perante os seus cidadãos.



Os Parlamentos nacionais contribuem ativamente para o bom funcionamento da União...



... sendo informados pelas instituições da UE e notificados dos projetos legislativos da UE.



... garantindo o respeito pelo princípio da subsidiariedade.



... participando nos mecanismos de avaliação do espaço de liberdade, segurança e justiça e sendo associados ao controlo político da Europol e à avaliação da Eurojust.



... participando nos processos de revisão dos Tratados da UE.



... sendo informados dos pedidos de adesão à UE.



... participando na cooperação interparlamentar entre os Parlamentos nacionais e com o Parlamento Europeu.



O Parlamento Europeu e os Parlamentos nacionais definem em conjunto a organização e a promoção de uma cooperação interparlamentar eficaz e regular ao nível da UE.



Uma conferência dos órgãos parlamentares especializados nos assuntos da União pode submeter ao Parlamento Europeu, ao Conselho e à Comissão qualquer contributo que considere adequado. Além disso, essa conferência promove o intercâmbio de informações e de melhores práticas entre os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu.

Relatório anual de 2017
Relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos
nacionais da UE

Este relatório é uma publicação da
Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu, que faz parte da
Direção-Geral da Presidência do Parlamento Europeu.

Diretora: Katrin Ruhmann, katrin.ruhmann@europarl.europa.eu
Chefe de Unidade, Cooperação Institucional: Pekka Nurminen, pekka.nurminen@europarl.europa.eu
Chefe de Unidade, Diálogo Legislativo: Jesús Gómez, jesus.gomez@europarl.europa.eu
Documento concluído por: Diana Ciuche, diana.ciuche@europarl.europa.eu

Documento terminado em 27 de abril de 2018

relnatparl@ep.europa.eu
www.europarl.europa.eu/relnatparl

Todas as fotografias e ilustrações © União Europeia, 2018.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais presta aconselhamento aos órgãos políticos, aos deputados e ao Secretariado do Parlamento Europeu na cooperação institucional e no diálogo legislativo que desenvolvem com os parlamentos nacionais. Presta ainda apoio às atividades interparlamentares, contribui para a aplicação das disposições do Tratado em matéria de cooperação interparlamentar no Parlamento Europeu e presta assessoria sobre os parlamentos nacionais ao longo de todo o ciclo legislativo e no exercício de outras competências políticas do Parlamento Europeu.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais funciona como um centro de informação sobre os parlamentos nacionais e fornece informações à administração do Parlamento Europeu sobre boas práticas nos parlamentos nacionais. Além disso, representa o Parlamento Europeu nas redes administrativas de cooperação interparlamentar, gere as relações com os funcionários que representam os parlamentos nacionais em Bruxelas e mantém estreitas ligações com as respetivas administrações.

RELATÓRIO ANUAL DE 2017

ÍNDICE

Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais	7
1. O contexto do relatório	9
2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar	11
2.1 O papel dos parlamentos nacionais no debate sobre o futuro da União Europeia e sobre a saída do Reino Unido da UE.....	11
2.2 O papel dos parlamentos nacionais na melhoria da comunicação com os cidadãos sobre questões europeias	13
2.3 O futuro da UE como protagonista global no contexto das atuais alterações a nível mundial.....	14
2.4 Controlo parlamentar conjunto da Europol: progressos nas disposições práticas	16
2.5 A dimensão externa da migração	17
2.6 Cooperação interparlamentar em matéria de assuntos institucionais	19
2.6.1 Cooperação interparlamentar sobre o programa de trabalho anual da Comissão Europeia	19
2.6.2 Cooperação interparlamentar sobre a transparência do processo de decisão da UE.....	20
2.6.3 Aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais	20
3. Órgãos parlamentares institucionais	21
3.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)	21
3.2 As conferências anuais e informais dos presidentes dos parlamentos da UE.....	23
4. Diálogo interparlamentar	24
4.1 Semana Parlamentar Europeia e Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG)	24
4.2 Cooperação interparlamentar sobre política externa e de segurança (CIP PESC/PCSD)	25
4.3 Reuniões interparlamentares de comissões (RIC) e outras reuniões interparlamentares	26
4.4 Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu.....	28
5. O «mecanismo de alerta precoce» e o «diálogo político informal» – Protocolos n.ºs 1 e 2 do Tratado de Lisboa	29
5.1 Mecanismo de alerta precoce	29
5.2 Diálogo político informal	31
5.3 Princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade revisitados	31
6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede	33
6.1 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP).....	33
6.2 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX).....	34
6.3 Outras ferramentas e redes	35
7. ANEXOS	38
ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2017	38
ANEXO II - Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas em 2017	39
ANEXO III - Visitas dos parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências) 2017	41
ANEXO IV – Dados sobre o mecanismo de alerta precoce	44
ANEXO V - Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)	46

Prefácio dos vice-presidentes do Parlamento Europeu responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais

Na qualidade de vice-presidentes responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais, temos o prazer de apresentar o relatório de atividades de 2017 da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

O presente relatório anual descreve as atividades e as evoluções recentes no domínio da cooperação interparlamentar com os parlamentos nacionais da UE e fornece informações detalhadas sobre as atividades e iniciativas levadas a cabo no ano transato.

O ano de 2017 foi um ano de mudança em muitos sentidos, nomeadamente a nível das relações interparlamentares.

Constatamos com satisfação que o diálogo entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais continua a aprofundar-se. Realizaram-se progressos importantes no desenvolvimento de uma parceria sólida baseada na confiança e na cooperação mútua.

Esta é a visão pela qual a nossa ação se norteia e que nos leva a aproveitar novas oportunidades de cooperação formal e informal e a redobrar os esforços no sentido de intensificar este diálogo.

Em 2017, prosseguiram os debates sobre a migração e os controlos nas fronteiras, o Brexit, o crescimento e a competitividade. Além disso, a política externa, de segurança e de defesa, a União Económica e Monetária, o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o mercado único digital, o emprego e os investimentos também ocuparam um lugar de destaque na ordem do dia das reuniões interparlamentares.

Os cidadãos europeus manifestaram uma confiança renovada no futuro da União, após um recuo em 2016.

A nível parlamentar, existe consenso em relação à necessidade de prosseguir esforços para superar em conjunto os desafios atuais e para relançar o debate sobre uma União mais forte e mais unida. Estes domínios de interesse mútuo são essenciais para sedimentar a nossa cooperação interparlamentar.

No plano institucional, os debates incidiram sobre o programa de trabalho anual da Comissão Europeia e sobre a transparência no processo de decisão da UE. Registaram-se igualmente progressos no debate sobre o controlo parlamentar conjunto da Europol, o que ilustra claramente a importância crescente do controlo parlamentar das capacidades executivas da UE.

No debate em curso sobre o futuro da Europa, os parlamentos nacionais, essenciais para a democracia na UE, têm um papel fundamental a desempenhar no diálogo com os governos para orientar e influenciar o debate. Apesar da existência de opiniões divergentes, é importante evitar a fragmentação. Um controlo eficaz pelos parlamentos nacionais da ação dos seus próprios governos em relação a questões europeias é um dado adquirido e é essencial para assegurar uma boa articulação entre os trabalhos a nível do Conselho e a nível dos parlamentos nacionais.

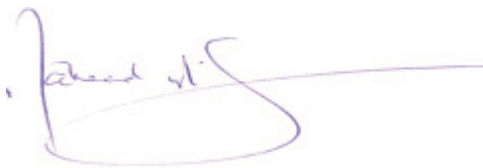
Obter o apoio dos cidadãos às reformas é importante e constitui um desafio que temos de enfrentar juntos. Os parlamentos estão numa posição privilegiada para assegurar a participação dos cidadãos e permitir-lhes apropriar-se do que a UE representa e compreender o valor da UE para as nossas vidas. Agora, mais do que nunca, é necessário reforçar o parlamentarismo. É essencial que os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu identifiquem um conjunto de valores fundamentais a que devem manter-se fiéis.

Temos à nossa frente um ano de novos desafios.

Em maio de 2019, os cidadãos europeus serão chamados a votar nas próximas eleições europeias. Todos os parlamentos da UE têm o interesse comum de encorajar os cidadãos a participar ativamente na vida democrática dos Estados-Membros e da UE. Devemos trabalhar juntos para incentivar os cidadãos a exercerem os seus direitos e, em particular, o direito eleger os seus representantes nas eleições locais, regionais, nacionais e europeias.

Em nome de todos os deputados e da administração, agradecemos o seu interesse na ação do Parlamento Europeu. Convidamo-lo a dedicar algum tempo à leitura deste relatório para se familiarizar com o importante trabalho desenvolvido por empenhados deputados e funcionários do Parlamento Europeu, bem como dos 41 parlamentos e câmaras nacionais de 28 Estados-Membros, que fazem avançar a cooperação interparlamentar.

Aguardamos com expectativa outro ano de excelente cooperação e frutuosa debates, a fim de enfrentarmos juntos os desafios que nos esperam.



Mairead McGuinness
Vice-presidente



Bogusław Liberadzki
Vice-presidente

1. O contexto do relatório

O ano de 2017 foi mais um ano de crescimento e de cooperação para a nossa Direção. Foi um ano marcado por numerosas atividades, pela chegada de novos colegas e parceiros, pela participação em eventos interparlamentar de alto nível, pelo estreitamento dos laços com outros serviços do Parlamento Europeu (PE) e por importantes acontecimentos.

Em conformidade com o lema da DG Presidência «Impacto através da cooperação», a Direção continuou a prestar aos deputados e ao secretariado do Parlamento Europeu os serviços e o aconselhamento de que necessitaram para aprofundar a cooperação institucional e o diálogo legislativo com os parlamentos nacionais.

Dada a expansão deste domínio de ação, os recursos foram utilizados de forma eficiente em termos de custos, para dar uma resposta satisfatória à tendência para a intensificação das atividades interparlamentares. Foram organizadas conferências, reuniões e debates interparlamentares, e o número de visitas bilaterais realizadas foi o mais elevado de sempre. A intensificação das atividades no âmbito das redes administrativas de cooperação interparlamentar revela que é possível aumentar os intercâmbios. A prestação de apoio à dimensão parlamentar das Presidências maltesa e estónia também foi uma questão central em 2017.

Este trabalho foi levado a cabo sob a autoridade política e a orientação do Presidente do PE, dos dois vice-presidentes responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais e da presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO), que também é copresidente da delegação do PE à COSAC. O nosso trabalho beneficiou igualmente das excelentes relações com os órgãos políticos do PE (Conferência dos Presidentes e Conferência dos Presidentes das Comissões), as comissões e os grupos políticos do PE. A nível administrativo, as atividades da Direção beneficiaram da orientação do Secretário-Geral e do Secretário-Geral Adjunto do PE e do apoio total e expedito dos seus gabinetes. A cooperação com as Direções-Gerais (em particular, a DG IPOL, a DG EXPO, a DG EPRS e a DG ITEC¹) e serviços do PE intensificou-se e é atualmente parte integrante do nosso trabalho. Como é habitual, pudemos contar com o importante empenhamento dos nossos parceiros dos parlamentos nacionais e das instituições da UE, da rede de representantes dos parlamentos nacionais, do Secretariado da COSAC, do Comité Executivo do Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares e do Conselho do IPEX.

O ano de 2017 foi marcado por uma maior coerência na escolha dos temas para os debates interparlamentares. Certas questões de interesse mútuo estiveram omnipresentes na ordem de trabalhos das instâncias interparlamentares. A consciência da necessidade de evitar abordagens fragmentadas permitiu realizar intercâmbios mais vastos e mais estruturados e reduzir as duplicações.

Os primeiros capítulos do presente relatório apresentam uma panorâmica dos principais temas da agenda europeia, que foram examinados de forma diligente em vários debates interparlamentares e objeto de profundos intercâmbios ao longo de 2017. Estes debates

¹ Direção-Geral das Políticas Internas, Direção-Geral das Políticas Externas, Direção-Geral dos Serviços de Estudos do Parlamento Europeu, Direção-Geral da Inovação e do Apoio Tecnológico.

decorreram num contexto político caracterizado por uma opinião pública mais favorável à UE. Os debates centraram-se, nomeadamente, nos seguintes temas:

- o papel dos parlamentos nacionais na reflexão em curso sobre o futuro da União e das suas políticas, bem como sobre a saída do Reino Unido da UE,
- o papel dos parlamentos nacionais na reflexão sobre a melhoria da comunicação com os cidadãos sobre questões europeias,
- o futuro da UE como protagonista global no contexto das atuais alterações a nível mundial,
- o controlo parlamentar conjunto da Europol: progressos nas disposições práticas,
- a dimensão externa da migração,
- a cooperação interparlamentar em matéria de assuntos institucionais, como o controlo do programa de trabalho anual da Comissão Europeia, a transparência dos documentos do Conselho e a melhoria do mecanismo de alerta precoce em matéria de subsidiariedade.

Os capítulos seguintes analisam, do ponto de vista da Direção, as atividades dos órgãos interparlamentares (capítulo 3), as formas de diálogo interparlamentar (capítulo 4), o diálogo legislativo (capítulo 5) e, por último, as ferramentas e as redes administrativas para a cooperação interparlamentar (capítulo 6).

O ano de 2017 foi propício a novos debates interparlamentares sobre questões estratégicas nos próximos anos: o futuro da União e das suas políticas, a política de alargamento, o futuro quadro financeiro plurianual, as relações futuras entre a UE e o Reino Unido, outros aspetos da política comercial da UE, a necessidade de cumprir a agenda em matéria de migração e segurança, e a cooperação estruturada permanente em matéria de segurança e defesa.

O presente relatório, bem como outras informações relacionadas com as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE, podem ser consultados no sítio web do Parlamento Europeu: www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/news.

2. Principais evoluções e tendências na cooperação interparlamentar

Os parlamentos nacionais contribuíram substancialmente para os debates sobre as questões políticas, legislativas e institucionais mais prementes. O ano de 2017 mostrou que os parlamentos nacionais têm agora uma visão estratégica em relação à definição da agenda da cooperação interparlamentar no âmbito das instâncias interparlamentares existentes. O vasto leque de temas abordados relativos a domínios de interesse mútuo e o empenhamento constante dos parlamentos da União Europeia são um indicador claro da variedade e da qualidade dos debates dos próximos anos.

2.1 O papel dos parlamentos nacionais no debate sobre o futuro da União Europeia e sobre a saída do Reino Unido da UE

O debate sobre o futuro da UE é reflexo da vontade política de assegurar que o projeto europeu esteja em sintonia com a evolução das realidades geopolíticas e com as expectativas dos cidadãos. Esta recalibragem das prioridades da UE implica igualmente um maior sentido de solidariedade. A solidariedade deve prevalecer não só na definição das prioridades e dos meios de financiamento de novos projetos, mas também na implementação das medidas adotadas a nível nacional. O resultado das eleições nos Países Baixos, em França e na Alemanha foi visto como uma evolução positiva para a unidade europeia.

Com a Declaração e o Roteiro de Bratislava, a Declaração de Roma, por ocasião do 60.º aniversário do Tratado de Roma, e a «Agenda dos Dirigentes», o debate democrático sobre o futuro da UE continuou a ganhar dinâmica. A Comissão contribuiu para este debate aberto, apresentando o Livro Branco sobre o futuro da Europa e os documentos de reflexão sobre as principais políticas da UE, bem como propostas que foram expostas no discurso de 2017 sobre o estado da União Europeia.

O Parlamento Europeu dedicou várias resoluções ao futuro da Europa e decidiu convidar os Chefes de Estado ou de Governo da UE para se pronunciarem sobre o futuro da Europa em debates abertos. O PE aborda estes debates com um espírito aberto e construtivo; os debates sobre o futuro da Europa terminam em 9 maio de 2019, com uma reunião informal de dirigentes da UE em Sibiu, na Roménia.

No seu discurso perante a Conferência Extraordinária dos Presidentes dos Parlamentos da UE, organizada por ocasião do 60.º aniversário dos Tratados de Roma, Antonio Tajani, Presidente do Parlamento Europeu, defendeu a necessidade de unidade entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais. O Presidente destacou a grande responsabilidade de mostrar uma vontade política e uma liderança fortes para pôr em prática os valores comuns: «A Europa é uma história de sucesso quando consegue encarnar um sonho de progresso, de prosperidade, de liberdade e de paz. Cabe-nos a nós mudar a imagem de uma Europa abstrata, pouco eficaz e burocrática e reacender nos Europeus a paixão, despertando o sentimento de pertença a um grande projeto».

A LVII sessão plenária da COSAC, realizada em Malta em 2017, dedicou toda uma sessão ao papel dos parlamentos nacionais no futuro da UE. Durante esta sessão, Mairead McGuinness, vice-presidente do Parlamento Europeu, defendeu a ideia de que os parlamentos nacionais devem estar no centro do processo de decisão da União Europeia. Instou os parlamentos

nacionais a aumentarem a sua força, tanto na UE como em parceria com o PE, que está disposto a dialogar com eles, incluindo ao nível das famílias políticas. No debate que se seguiu, tal como no 27.º relatório semestral da COSAC, a maioria dos delegados defendeu que a melhoria da cooperação interparlamentar e o reforço da eficácia do controlo exercido ao longo de todo o processo legislativo podem promover o projeto europeu.

A contribuição da LVIII COSAC, aprovada durante a Presidência estónia, com base nos debates realizados na reunião plenária da COSAC e nas conclusões do 28.º relatório semestral da COSAC, reconhece que a UE necessita de determinação para manter a sua unidade. A COSAC insistiu em que as decisões relativas ao futuro da UE sejam tomadas com o maior grau de empenhamento possível de todos os Estados-Membros e cidadãos.

Na sessão sobre o futuro da União Europeia, Kersti Kaljulaid, Presidente da República da Estónia, Michel Barnier, Negociador-Chefe da UE para o Brexit, e Danuta Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, pediram uma visão política e uma agenda positiva e proativa, que inclua o seguinte: reforço da área do euro, uma União Económica e Monetária mais profunda, uma verdadeira política comum de defesa, capacidade orçamental para reagir a ameaças internas e externas, uma dimensão social sustentável do mercado único, uma política de migração humana e eficaz e um sólido pilar dos direitos sociais. A presidente da Comissão AFCO observou que, ao longo da história da UE, as crises deram lugar a iniciativas políticas determinadas em torno de projetos comuns. A cooperação permanente e estruturada em matéria de segurança e de defesa (CEP) demonstrou que, apesar das suas diferentes perspetivas, os Estados-Membros concordaram com a necessidade de ações comuns para fazer face a uma ameaça comum. A maioria das intervenções nos debates que se seguiram chamaram a atenção para a necessidade de dar à União um merecido reconhecimento e de não lhe atribuir culpas por faltas cometidas pelos governos nacionais.

Em outubro de 2017, a Comissão dos Assuntos Constitucionais organizou uma reunião interparlamentar de comissões sobre o futuro da Europa, nomeadamente sobre as propostas do PE e o Livro Branco da Comissão, que expõe cinco cenários para o futuro da Europa. Durante esta reunião, tiveram lugar duas mesas-redondas temáticas: a primeira sobre o aprofundamento da União Económica e Monetária, o futuro das finanças da UE e a dimensão social; a segunda sobre o futuro da defesa europeia e o controlo da globalização.

A saída do Reino Unido da UE foi abordada no âmbito de um debate mais vasto sobre o futuro da UE. Em 2017, o Parlamento Europeu aprovou três resoluções sobre o ponto da situação das negociações com o Reino Unido: em 5 de abril de 2017, em 3 de outubro de 2017 e em 13 de dezembro de 2017. Em virtude dos Tratados, a aprovação do Parlamento Europeu é necessária tanto para o acordo de saída como para as relações que se estabeleçam no futuro entre a União Europeia e o Reino Unido.

Em 2017, as visitas bilaterais oficiais dos parlamentos nacionais da UE a Bruxelas, incluindo o Parlamento Europeu, para abordar questões relacionadas com o Brexit continuaram a ser mais numerosas do que as visitas relacionadas com outras questões. Os deputados ao Parlamento Europeu que receberam mais visitas foram: Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu, Guy Verhofstadt, presidente do Grupo ALDE e

responsável do Parlamento Europeu para as negociações do Brexit, e Danuta Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu.

A questão do Brexit foi igualmente debatida em 2017 em várias conferências no seio dos diferentes órgãos interparlamentares institucionais, como a COSAC e a Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da União. No entanto, a reflexão sobre o futuro da UE passou a ser um tema dominante, ocupando o lugar do Brexit por si só.

2.2 O papel dos parlamentos nacionais na melhoria da comunicação com os cidadãos sobre questões europeias

Os parlamentos dos Estados-Membros da UE podem contribuir com a sua experiência e os seus conhecimentos para o debate em curso sobre a melhoria da eficácia, da transparência e da comunicação da União Europeia.

O debate sobre o futuro da União Europeia realizado na LVII reunião plenária da COSAC, em Malta, ilustrou a necessidade de reafirmar a componente democrática da UE e de velar por que os cidadãos europeus sejam associados ao debate sobre o futuro deste projeto comum.

A secção «Aproximar a União Europeia dos seus cidadãos» da contribuição da LVIII COSAC, aprovada durante a Presidência estónia, salientou a necessidade de incluir e integrar os parlamentos nacionais nos debates e no processo de decisão sobre o futuro da UE, a fim de reforçar a legitimidade democrática. Os parlamentos nacionais foram convidados a dotar-se de mecanismos que permitam consultar os cidadãos numa fase precoce e garantir a sua participação direta; foram igualmente instados a melhorar a comunicação sobre a UE. A COSAC constatou que o aumento do número de debates em plenário sobre questões europeias aumenta a visibilidade da União e oferece aos cidadãos a oportunidade de aprender mais sobre a agenda da UE e as posições dos partidos políticos sobre essas questões. A COSAC convidou igualmente as autoridades nacionais a promoverem as eleições europeias e os partidos políticos a participarem em debates políticos sobre questões centrais, antes das eleições europeias de 2019.

Nos últimos tempos, surgiram novas iniciativas para fazer chegar a mensagem da UE aos cidadãos. Já se organizaram em vários parlamentos audições dos cidadãos, debates políticos cobertos pelos meios de comunicação social nacionais e comissões parlamentares especiais que se ocupam da questão do futuro da UE. O PE organizou, ao longo de 2017, várias visitas bilaterais em que esta questão foi abordada, nomeadamente por iniciativa da Assembleia Nacional francesa.

A questão da aproximação da ação parlamentar dos cidadãos na era moderna também figurou na ordem do dia da Conferência dos Presidentes dos Parlamntos da UE realizada na Eslováquia em 2017 (ver capítulo 3.2).

Nas conclusões aprovadas pela Conferência, os presidentes dos parlamentos reafirmaram o seu empenhamento na abertura parlamentar, a fim de garantir a transparência do processo legislativo e reconhecer que as informações parlamentares são propriedade pública.

Além disso, os presidentes dos parlamentos reconheceram que os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu têm um papel fundamental a desempenhar para colmatar o fosso entre os cidadãos e os responsáveis políticos e para dar a conhecer ao público as políticas europeias e nacionais. Uma melhor comunicação sobre os numerosos resultados positivos das políticas europeias e sobre o bom funcionamento das instituições europeias, em conformidade com os Tratados, também poderia contrariar atitudes antieuropeias, o incitamento ao ódio, as notícias falsas e a desinformação.

Durante os debates, o Parlamento Europeu sublinhou a importância da participação ativa dos cidadãos europeus nas eleições para o Parlamento Europeu, que oferecem uma plataforma para um debate construtivo, informativo e inclusivo sobre o futuro da União.

2.3 O futuro da UE como protagonista global no contexto das atuais alterações a nível mundial

A fim de conseguir enfrentar e superar os atuais desafios, em especial as ameaças à segurança, a União Europeia necessita de assumir as suas responsabilidades na cena mundial, ser um protagonista global credível e baseado em valores, e ter capacidade para agir.

Nas suas resoluções, o Parlamento Europeu instou a União a intensificar os seus esforços no sentido de estabelecer uma cooperação concreta no âmbito da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). A fim de fazer face aos desafios crescentes, a UE deve utilizar toda a gama de instrumentos políticos disponíveis - a diplomacia, a cooperação para o desenvolvimento, os instrumentos civis e económicos, a prevenção de crises e estratégias pós-conflito, a manutenção da paz e a instauração da paz.

Em 2017, o Parlamento Europeu defendeu, repetidamente, a definição gradual de uma política de defesa comum, o lançamento do Fundo Europeu de Defesa e o desenvolvimento da cooperação estruturada permanente (CEP) no quadro da UE. A instituição reconheceu a necessidade de aumentar a eficácia das missões e operações, missões de gestão e prevenção de crises, bem como das ações para combater o terrorismo internacional, da PCSD. Apelou igualmente à melhoria da cibersegurança e ao reforço da parceria estratégica entre a UE e a NATO.

Em larga medida, estes temas figuraram na ordem do dia das reuniões interparlamentares organizadas pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos da Presidência. Existe um consenso entre os participantes sobre a necessidade de implantar uma ambiciosa agenda para a ação externa.

Tiveram lugar debates na especializada Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (ver capítulo 4.2) e nas reuniões tradicionais das comissões competentes do PE. A ligação entre segurança externa e interna, e a dimensão externa da migração, foram também analisadas em debates nas reuniões interparlamentares de comissões, organizados pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) do Parlamento Europeu, ao passo que a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE abordou a questão de grande atualidade da UE na cena mundial. As perspetivas de oradores de alto nível da UE e de instituições internacionais, ministérios, parlamentos nacionais, fundações internacionais e centros de investigação foram inestimáveis.

Em 2017, a Comissão Europeia efetuou uma avaliação exaustiva da política de segurança da UE, que abrangeu três prioridades temáticas da Agenda Europeia para a Segurança: a luta contra o terrorismo e a prevenção da radicalização, o desmantelamento do crime organizado e a luta contra a cibercriminalidade. A pedido do Comissário para a União da Segurança, Julian King, a Comissão LIBE organizou uma troca de pontos de vista com os representantes dos parlamentos nacionais e da sociedade civil, considerando que o seu contributo seria um complemento valioso para a avaliação. O debate incidiu sobre a eficácia ou ineficácia das medidas em vigor para combater o terrorismo, o crime organizado, o seu efeito nos direitos fundamentais, e a necessária adaptação da agenda da segurança às tendências emergentes. Na LVIII COSAC, o Comissário Europeu Julian King fez uma apresentação exaustiva da situação atual da União da Segurança e apelou aos parlamentos nacionais para que transpusessem a respetiva legislação dentro do prazo fixado, salientando a necessidade de vontade política e verdadeiro empenho na aplicação das soluções acordadas. Além disso, Julian King prometeu continuar a visitar os parlamentos nacionais, mas solicitou um diálogo estratégico com estes no que diz respeito a um panorama da segurança mais amplo.

Na secção «Construção de uma União da Segurança eficaz e sustentável» do Contributo da LVII COSAC, a COSAC expressou claramente o seu apoio ao intercâmbio de dados e informações, à interoperabilidade dos sistemas de informação, à rápida aplicação das medidas de luta contra o terrorismo, ao combate às causas profundas do extremismo e ao reforço da segurança nas fronteiras externas.

As conclusões da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada em Bratislava, em abril de 2017, refletem o resultado do debate de alto nível da conferência sobre o futuro da UE como protagonista global (ver capítulo 3.2). Os presidentes dos parlamentos da UE apelaram a uma cooperação reforçada com parceiros globais e países abrangidos pela Política Europeia de Vizinhança na luta contra ameaças e desafios a nível mundial. Salientaram a importância do laço transatlântico e do estreitamento da cooperação no domínio da defesa. Apesar dos atuais desafios internos, os presidentes dos parlamentos da UE reconheceram a necessidade de manter a questão do alargamento e a política de vizinhança da União Europeia, uma condição prévia para a estabilização da região e o reforço das instituições democráticas destes países, na ordem do dia.

Nas suas resoluções, o PE apelou também à promoção da estabilidade e da prosperidade na vizinhança da UE, através de iniciativas que fomentem o desenvolvimento, a democracia, a boa governação e o Estado de direito. Por este motivo, o PE apoiou a ideia de fazer avançar o processo de negociação de alargamento, reforçando a estabilidade social, política e económica e a democracia nos países candidatos, sem concessões no que se refere aos critérios de Copenhaga relativos à adesão. A Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu (AFET) debateu as perspetivas de integração da UE e o processo de adesão dos Balcãs Ocidentais na reunião interparlamentar de comissões de novembro de 2017, um oportuno intercâmbio de informações sobre um tema anunciado como uma das principais prioridades da Presidência búlgara.

A fim de tornar mais eficaz a política de cooperação para o desenvolvimento e assegurar a coerência e a consistência entre as políticas de desenvolvimento e de segurança, o PE apelou à integração da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Coerência das Políticas

para o Desenvolvimento nas políticas externa e interna da UE. A Comissão do Desenvolvimento do Parlamento Europeu (DEVE) organizou uma reunião interparlamentar de comissões sobre a aplicação do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

O atual contexto de segurança exige uma mobilização coerente de todos os instrumentos de ação externa da UE. A UE deve falar a uma só voz, agir de forma concertada e centrar os seus recursos em prioridades estratégicas. Os parlamentos nacionais da UE tornarão certamente clara a sua voz sobre estes temas nos próximos anos.

2.4 Controlo parlamentar conjunto da Europol: progressos nas disposições práticas

Os debates sobre uma cooperação policial e judicial eficaz, incluindo a partilha atempada de informações entre autoridades nacionais através da Europol e da Eurojust, confirmaram a importância e a urgência de ultimar os debates sobre as modalidades práticas de controlo parlamentar da Europol. No ano de 2017 assistiu-se a um certo número de medidas importantes com a criação do grupo de controlo parlamentar conjunto (GCPC) da Europol pela Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE e a reunião constitutiva deste novo organismo conjunto composto pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais, em 9 e 10 de outubro de 2017, em Bruxelas.

Após um amplo processo de consulta dos parlamentos nacionais pela troica presidencial, pelos presidentes dos parlamentos da UE e pelo Parlamento Europeu, na sua reunião de 24 de abril de 2017 o GCPC foi criado e mandatado para definir a sua organização precisa e respetivo regulamento interno.

Antes da sua reunião constitutiva em outubro de 2017, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, os Copresidentes do GCPC (PE e Parlamento estónio) elaboraram um projeto de regulamento interno aberto a alterações por escrito. Vários parlamentos nacionais apresentaram alterações ao projeto, abordando questões como o processo decisório do GCPC e o papel da troica presidencial e do secretariado.

Tendo em conta o facto de a Dinamarca, respeitando o resultado do seu referendo, não ter participado na aprovação do Regulamento Europol, o Parlamento dinamarquês foi convidado a participar na reunião constitutiva como observador no GCPC. No entanto, a Comissão dos Assuntos Europeus do Parlamento dinamarquês abordou os Copresidentes antes da reunião constitutiva e reiterou o seu desejo de aderir ao GCPC como membro de pleno direito.

Numa tentativa de encontrar um equilíbrio entre as diferentes posições apresentadas e facilitar a eventual adoção do regulamento interno, os Copresidentes reviram o projeto de regulamento interno em consonância com as opiniões maioritárias expressas na reunião.

Apesar do facto de a maioria dos parlamentos manifestar abertura em relação ao compromisso proposto, não se chegou a consenso sobre a versão revista do texto.

A adoção do regulamento interno foi remetida para a reunião seguinte.²

² Esta teve lugar em 18 e 19 de março de 2018, em Sófia (Bulgária), e terminou com a adoção do Regulamento Interno.

2.5 A dimensão externa da migração

A migração continuou a dominar a política da UE ao longo de 2017. A UE tem vindo a avançar, gradualmente, para uma abordagem global e eficaz, que incluía ações tanto a nível interno como externo. Recordando o princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades em questões relacionadas com a migração, o Parlamento Europeu salientou reiteradamente que o salvamento de vidas deve constituir a primeira prioridade. A nível mundial, os debates sobre os novos Pactos Globais sobre a Migração e os Refugiados deram à UE a oportunidade de refletir sobre uma visão estratégica a mais longo prazo em matéria de migração.

Em 2017, os debates interparlamentares centraram-se na dimensão externa da migração. Realizaram-se animados intercâmbios de informações com deputados, peritos e membros dos executivos nacionais e da UE em diversas instâncias.

A Presidência maltesa do Conselho da UE fez da migração uma das suas prioridades, inclusive como parte da sua dimensão parlamentar. A reunião plenária da LVII COSAC dedicou uma sessão à migração, com ênfase na luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos, bem como no estabelecimento de uma política de regresso e readmissão humana e eficaz. O debate foi oportuno, dado que a Declaração de Malta dos Chefes de Estado, em 3 de fevereiro de 2017, referia os esforços envidados para a estabilização da Líbia e o reforço de capacidades para o combate às atividades de introdução clandestina de migrantes e tráfico de seres humanos.

O 27.º relatório bianual da COSAC salientou que a maioria dos parlamentos nacionais debateu o Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes (2015-2020) e a Estratégia da UE para a erradicação do tráfico de seres humanos (2012-2016).

No seu discurso, George Vella, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Malta, explicou que os principais desafios relacionados com o fenómeno da migração eram os seguintes: o aparecimento de novas rotas, um aumento de jovens migrantes não acompanhados e a mutação do modelo de negócio dos traficantes de seres humanos. Descreveu a cooperação com países terceiros, especialmente em matéria de regresso e readmissão, como uma abordagem estratégica para garantir que a migração fosse gerida de uma forma mais eficaz e humana. Salientou também a necessidade de promover a migração legal.

No seu discurso, Maite Pagazaurtundúa Ruiz, membro da Comissão LIBE do PE, defendeu a posição do Parlamento Europeu no que respeita à solidariedade e ao respeito dos direitos fundamentais, e a necessidade de a Europa desenvolver uma política de migração harmonizada, pautada pelos princípios da ética, dos direitos humanos e da dignidade humana. Realçou ainda a necessidade de promover vias legais de migração e, deste modo, criar efetivamente um fator de dissuasão da introdução clandestina de migrantes.

Lucio Romano, Vice-Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus do Senado italiano, apresentou os resultados da visita de uma delegação da COSAC ao centro de registo de Pozzallo (Sicília), organizada em 5 e 6 de maio de 2017 por iniciativa do Parlamento italiano. A visita que constituía uma atividade sem precedentes para a COSAC visava reforçar a sensibilização dos deputados nacionais para o desafio da migração e a necessidade de uma abordagem pan-europeia, aplicando os valores da solidariedade e dos direitos humanos. Vinte

e oito deputados de 18 Estados-Membros participaram na visita. Estiveram igualmente presentes vários deputados ao Parlamento Europeu, os presidentes de quatro conselhos regionais em nome de todas as regiões italianas e onze deputados italianos.

Com base nos intercâmbios de informações realizados em Malta, a Presidência estónia da COSAC incluiu na ordem do dia do plenário da LVIII COSAC a sessão intitulada «A dimensão externa da migração – a prevenção e a luta contra a migração irregular».

O resultado do debate e as conclusões do 28.º relatório bianual da COSAC refletiram-se no Contributo da LVIII COSAC. No capítulo sobre migração, o Contributo da COSAC salientou a importância de vários fatores: a assistência ao desenvolvimento aos países de trânsito e de origem, a necessidade de os Estados-Membros reforçarem o Fundo Fiduciário da UE para África, o novo Plano de Investimento Externo e o apoio à ação da UE em matéria de combate à atividade criminosa por passadores e traficantes. Além disso, destacou a necessidade de um compromisso sobre o Sistema Europeu Comum de Asilo, a necessidade de reforçar o mecanismo da política de regresso da UE e de assegurar uma aplicação plena e não discriminatória dos Acordos de Readmissão da UE com países terceiros. Por outro lado, sublinhou a importância de vias legais, como alternativa às viagens irregulares e perigosas.

A Conferência Interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa abordou também a dimensão externa da migração.

Realizada em Malta no primeiro semestre de 2017, a Conferência debateu a resposta europeia à instabilidade e às ameaças no Mediterrâneo Meridional e no Médio Oriente. A sessão reuniu o Coordenador da UE da Luta Antiterrorista, o Alto-Comissário da ONU para os Refugiados e o Secretário Executivo do Instituto Internacional para a Justiça e o Estado de Direito. Um dos seminários da conferência intitulou-se «Política de Migração da UE em 2017 e mais além».

De forma semelhante, a Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD sob a Presidência estónia debateu questões relacionadas com a migração na sessão intitulada «Ponto da situação fora das fronteiras da UE», em que Sven Mikser, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estónia, foi o orador principal. O resultado dos debates foi integrado nos capítulos específicos das conclusões da Presidência maltesa e no resumo da Presidência estónia, adotados no final das conferências.

Em fevereiro de 2017, no âmbito dos seus trabalhos sobre a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos organizou uma reunião interparlamentar de comissões sobre «A terceira reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo: à altura do desafio». A reunião constituiu um fórum em que pôde ter lugar um frutuoso intercâmbio de informações entre os deputados ao Parlamento Europeu e os deputados dos parlamentos nacionais, bem como com peritos. Várias sessões e seminários paralelos incidiram sobre a distribuição justa dos requerentes de asilo, os conceitos de país de origem seguro e de país terceiro seguro, a cooperação administrativa ao abrigo da Convenção de Dublin e a proteção das crianças no contexto da migração.

2.6 Cooperação interparlamentar em matéria de assuntos institucionais

Em 2017, o Parlamento da UE envidou esforços sustentados para identificar as eventuais melhorias a introduzir na cooperação em matéria de assuntos institucionais, além da cooperação relativa a dossiês políticos e legislativos. A cooperação interparlamentar sobre o programa anual de trabalho da Comissão e sobre a transparência do processo de decisão esteve no topo da agenda.

Com base nos resultados dos intercâmbios realizados em anos anteriores, estes debates conduziram a iniciativas concretas de cooperação.

2.6.1 Cooperação interparlamentar sobre o programa de trabalho anual da Comissão Europeia

Em consonância com a sugestão incluída no contributo da LV COSAC, em abril de 2017, a Presidência maltesa da COSAC apresentou uma lista combinada de prioridades à Comissão, elaborada com base nos contributos dos parlamentos nacionais.

Uma das sessões da reunião dos presidentes da COSAC, realizada durante a Presidência maltesa, foi dedicada à cooperação interparlamentar sobre o programa de trabalho anual de 2017 da Comissão Europeia e o debate permitiu reunir informações a partir das perspetivas do Parlamento Europeu e dos parlamentos nacionais.

Na sua intervenção, Bastiaan Van Apeldoorn, presidente da Comissão dos Assuntos Europeus do Senado neerlandês, apresentou o processo de seleção de prioridades instituído no Senado holandês e o potencial de cooperação interparlamentar sobre o programa de trabalho da Comissão. Na sua opinião, a seleção de propostas prioritárias para exame resultou, entre outros aspetos, numa maior atenção sobre o trabalho das comissões, na ênfase em propostas numa fase precoce do processo legislativo, na inclusão automática na ordem do dia das comissões permitindo ganhar tempo, algo crucial em caso de controlo da subsidiariedade, e na possibilidade de as partes interessadas darem o seu contributo numa fase precoce. Os parlamentos nacionais foram convidados a intervir coletivamente e coordenando os seus esforços no programa de trabalho da Comissão, e contribuir, assim, para reforçar a legitimidade democrática da UE.

Danuta Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu e copresidente da delegação do PE à COSAC, apresentou a posição do Parlamento e reconheceu a importância do quadro institucional para o trabalho conjunto sobre as prioridades da UE, bem como a muito necessária participação dos parlamentos nacionais. Propôs que o programa de trabalho anual da Comissão Europeia seja visto no quadro do programa plurianual e monitorizado como um ciclo desde a fase de preparação até à fase de execução. A boa cooperação interinstitucional, que começou a desenvolver-se com a introdução do Acordo Interinstitucional «Legislar melhor» de 2016 e a declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE, poderia tornar-se a estrutura para os futuros debates sobre as prioridades da UE. A presidente Hübner convidou os parlamentos nacionais a decidirem sobre a forma de influenciar o programa de trabalho da Comissão, com base na sua experiência, mencionando a sua capacidade única de influenciar os respetivos governos e a Comissão Europeia. O seu

discurso foi uma oportunidade para afirmar a disponibilidade do Parlamento Europeu de trazer as mensagens políticas dos parlamentos nacionais para o nível europeu.

2.6.2 Cooperação interparlamentar sobre a transparência do processo de decisão da UE

A cooperação prática dos parlamentos nacionais com o Parlamento Europeu e entre si mesmos figurou na ordem do dia da reunião plenária da LVIII COSAC. Na sessão «Aproximar a União Europeia dos seus cidadãos», a questão do acesso à informação, considerada um requisito prévio para capacitar os cidadãos a exercer o seu direito de participar no processo democrático, foi longamente debatida. Pieter Omtzigt, Deputado do Parlamento neerlandês, fez uma intervenção muito apreciada sobre a necessidade de melhorar a transparência da tomada de decisões políticas da UE. Essa melhoria beneficiaria não só os cidadãos, mas também os seus representantes que poderiam desempenhar melhor o seu papel de controlo.

Alegou que, ao não conceder aos deputados dos parlamentos nacionais um acesso suficiente aos documentos e registos de votação, o Conselho da UE infringia a regulamentação da UE em matéria de transparência. As negociações sobre o orçamento da UE, sobre o Brexit ou as decisões do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e do Mecanismo Europeu de Estabilidade demonstraram que o «processo de decisão dos Estados-Membros era opaco, o que prejudicava o controlo». As delegações do Parlamento neerlandês partilharam com os participantes na COSAC um documento de posição sobre a transparência da UE, descrevendo as medidas suscetíveis de tornar o processo legislativo da UE mais acessível. Na sequência da iniciativa neerlandesa, 26 parlamentos/câmaras assinaram uma carta conjunta sobre a transparência do processo de decisão política da UE formulando recomendações às instituições da UE.

Esta iniciativa reflete as preocupações que levaram à abertura de um inquérito em março de 2017 pela Provedora de Justiça Europeia, no âmbito do qual foram submetidas perguntas específicas à apreciação do Conselho, foi lançada uma consulta pública, foram inspecionados dossiês do Conselho e, finalmente, foram formuladas recomendações sobre a forma de melhorar a transparência do processo legislativo no Conselho.

Nas Conclusões da Presidência da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE realizada em Bratislava em 2017, os presidentes dos parlamentos reafirmaram o seu compromisso para com a abertura parlamentar, assegurando a transparência do processo legislativo e reconhecendo a propriedade pública das informações parlamentares.

2.6.3 Aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais

A cooperação interparlamentar veio reforçar a capacidade dos parlamentos nacionais para monitorizar os governos nacionais e provou ser um instrumento importante para a participação qualitativa e aprofundada dos parlamentos nacionais no processo de decisão da UE. O Parlamento Europeu congratula-se vivamente com o envolvimento positivo dos parlamentos nacionais nos assuntos da UE. O seu papel principal consiste em responsabilizar os governos nacionais e controlar a sua política nacional no âmbito do Conselho da UE. Podem igualmente servir de plataforma para um verdadeiro debate nacional – público e transparente – sobre as políticas europeias dos respetivos países e comunicar com os seus cidadãos.

Quase uma década após a assinatura do Tratado de Lisboa, a Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu considerou oportuno elaborar um relatório de iniciativa intitulado «A aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais» (relator Paulo Rangel).

O objetivo do relatório consiste em avaliar a utilização dos atuais mecanismos para a participação dos parlamentos nacionais no processo político europeu. O relatório analisa as eventuais melhorias desses mecanismos, com o objetivo de aproximar os parlamentos nacionais do projeto da UE. O relatório avalia igualmente o debate político estruturado estabelecido entre a Comissão Europeia e os parlamentos nacionais.

Após uma série de seminários, estudos, contributos dos parlamentos nacionais, missões e de uma reunião interparlamentar de comissões com a participação dos parlamentos nacionais, realizada em abril, e da votação na Comissão AFÇO, a resolução foi aprovada na sessão plenária do PE em abril 2018.

3. Órgãos parlamentares institucionais

3.1 Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia (COSAC)

A COSAC, Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia, foi constituída em novembro de 1989, em Paris. Destaca-se por ser o único fórum interparlamentar consagrado nos Tratados (Protocolo n.º 1 relativo ao papel dos parlamentos nacionais na União Europeia). O parlamento do Estado-Membro que exerce a Presidência rotativa do Conselho desempenha o papel principal na definição do rumo e dos trabalhos da COSAC. É apoiada por uma Troika presidencial (de que o Parlamento Europeu é membro permanente). A Presidência conta também com o apoio estrutural de um pequeno secretariado gerido pelo Parlamento Europeu e chefiado por um funcionário destacado de um parlamento nacional («membro permanente»). Ver www.cosac.eu

No que se refere às suas presidências, 2017 foi um ano especial para a COSAC. No primeiro semestre do ano, a Presidência maltesa da COSAC foi afetada pela decisão do Governo de convocar eleições antecipadas e, assim, de dissolver o Parlamento. Além disso, a decisão do Governo do Reino Unido de acionar o artigo 50.º do TUE na sequência do resultado do referendo de junho de 2016, afetou diretamente as atividades da COSAC. O Reino Unido decidiu renunciar à Presidência do Conselho no segundo semestre de 2017 e a Estónia antecipou a sua própria presidência.

Apesar das repercussões práticas na organização das suas atividades, o organismo parlamentar manteve todas as suas reuniões previstas e os debates conservaram um elevado nível de intensidade e empenho.

Os temas escolhidos pelas presidências variaram desde a economia azul até ao mercado único digital e à União da Segurança. No entanto, os três principais domínios de preocupação foram: o Brexit, o futuro da UE e o multifacetado problema das políticas de migração e de asilo.

Os parlamentos nacionais exprimiram claramente o seu desejo de se manter devidamente informados sobre o estado das negociações sobre o Brexit. A este respeito, a delegação do PE também contribuiu para o fluxo contínuo de informações. As suas copresidentes, Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu, e Danuta Hübner, presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, explicaram amplamente a posição do Parlamento Europeu sobre a decisão do Reino Unido de sair da UE e os critérios fundamentais para a condução das negociações. O lamentável resultado do referendo de junho de 2016 e os custos daí decorrentes para as duas partes foram reconhecidos. Nas suas intervenções sobre o assunto, as copresidentes sublinharam os objetivos e valores de referência essenciais: a defesa dos valores e das liberdades fundamentais da UE, a salvaguarda dos direitos dos cidadãos da UE que vivem no Reino Unido e dos direitos dos cidadãos do Reino Unido que vivem na UE e, por último, mas não menos importante, a obrigação de evitar qualquer perturbação no processo de paz na Irlanda do Norte. Os parlamentos nacionais tiveram ainda a oportunidade de trocar pontos de vista com o negociador principal da UE no quadro do Brexit, Michel Barnier, que participou em todas as reuniões plenárias da COSAC desde o referendo do Reino Unido em junho de 2016.

O futuro da UE também ocupou uma parte considerável de tempo durante os debates. A sensibilização para a necessidade de aproximar os cidadãos europeus das instituições da União e da sua ação começou a ser abordada como uma responsabilidade comum. Este resultado deve-se, em larga medida, ao empenho incessante de Mairead McGuinness, primeira vice-presidente do Parlamento Europeu, em relação aos parlamentos nacionais. O clima de confiança renovada permitiu um significativo aprofundamento dos intercâmbios. Neste contexto, o debate mais importante teve lugar durante a LVIII reunião plenária em Taline, onde a Presidente da Estónia, Kersti Kaljulaid, Michel Barnier e Danuta Hübner destacaram os resultados notáveis do projeto europeu, as suas insuficiências, as razões pelas quais determinadas questões não foram abordadas com a preparação adequada, salientando simultaneamente o valor acrescentado do trabalho em colaboração quando o objetivo é solucionar problemas globais.

O tema em que um clima mais positivo não correspondeu a um desenvolvimento importante em termos de soluções possíveis foi o da migração. O tom do debate suavizou-se sem dúvida depois de, nos últimos dois anos, o ambiente ter sido muito pesado, mas ainda assim não houve muitos sinais de convergência no que se refere a uma solução comum a longo prazo. A abordagem realista, por vezes minimalista na opinião do Parlamento Europeu, pode explicar os ângulos escolhidos pelas presidências: a dimensão externa da migração e o aspeto da segurança.

Dito isto, uma melhor atmosfera permitiu debates mais ricos e concretos. Em consequência, a COSAC enquanto fórum comum de todos os parlamentos da UE foi enriquecida.

Na LVII COSAC em Valeta não foi adotado um contributo político devido à ausência de uma delegação da Presidência com um mandato político.

Algumas das questões abrangidas nos debates da COSAC em Valeta foram incluídas pela Presidência da Estónia no contributo da LVIII COSAC aprovado por um muito amplo consenso entre as delegações, por aclamação.

3.2 As conferências anuais e informais dos presidentes dos parlamentos da UE

A Conferência Anual dos Presidentes dos Parlamentos da UE tem por base as diretrizes de Estocolmo, adotadas em 2010. Estas preveem uma reunião anual, organizada pelo Estado-Membro que detém a Presidência no segundo semestre de um determinado ano para ser realizada durante a Presidência da primavera do ano seguinte. A Conferência adota Conclusões da Presidência não vinculativas. Além disso, tem por função supervisionar a coordenação das atividades interparlamentares da UE. Podem ser convocadas reuniões extraordinárias da Conferência dos Presidentes, embora, em 2017, este formato tenha sido substituído por uma Cimeira informal dos Presidentes. Ver www.ipex.eu

A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, realizada anualmente, decorreu em Bratislava, em 23 e 24 de abril de 2017. A iniciativa foi presidida por Andrej Danko, Presidente do Conselho Nacional da República Eslovaca.

A conferência dividiu-se em duas sessões: uma sobre o futuro da UE como interveniente mundial e o papel dos parlamentos nacionais e outra sobre a partilha de boas práticas no que respeita a aproximar a agenda parlamentar dos cidadãos. No entanto, o tema mais concreto desta Conferência foi o acordo sobre as modalidades da criação do Grupo de Controlo Parlamentar Conjunto da EUROPOL, o qual não figurava como um ponto distinto da ordem do dia da conferência. A decisão sobre o controlo conjunto da EUROPOL foi anexada às conclusões, foi objeto de acordo por consenso e sem necessidade de um debate na Conferência Plenária.

Sobre o futuro da UE, no contexto do atual panorama geopolítico internacional em mutação, os presidentes realçaram a necessidade de uma UE mais forte na cena mundial, o que exige relações equilibradas baseadas em regras e normas internacionais, bem como um esforço comum e uma cooperação reforçada com os parceiros mundiais e os países da vizinhança da União para lutar contra ameaças e desafios a nível mundial. Os presidentes reconheceram que tal só poderá ser alcançado se a UE agir em conjunto. A este respeito, os presidentes registaram os esforços envidados por alguns Estados-Membros para intensificar a cooperação no domínio da defesa, um tema que deverá constar da ordem do dia da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE em 2018.

No que respeita a aproximar a agenda parlamentar dos cidadãos, os presidentes reconheceram que o empenho e a participação dos cidadãos na vida política era a pedra angular da democracia e que os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu desempenhavam um papel crucial para colmatar o fosso existente entre os cidadãos e a elaboração de políticas. Os presidentes consideraram que é necessário fazer mais a todos os níveis institucionais – nacionais ou europeus – a fim de aproximar a Europa dos seus cidadãos de uma forma compreensível e atraente que enfatize a história comum e os valores partilhados. Os presidentes observaram que o reforço da dimensão social das políticas nacionais e europeias pode contribuir significativamente para esse fim.

Conferência Extraordinária dos Presidentes dos Parlamentos da UE para a comemoração dos sessenta anos da assinatura dos Tratados de Roma

No contexto do Brexit e das várias crises que a UE enfrentava em 2016, os presidentes dos parlamentos da União Europeia reuniram-se numa conferência extraordinária, com vista à comemoração da assinatura dos Tratados de Roma há 60 anos e como um ato de unidade. A conferência extraordinária teve lugar nas instalações das Câmaras italianas, sob a égide da Presidente da Câmara dos Deputados italiana, Laura Boldrini, e do Presidente do Senado italiano, Pietro Grasso.

O Parlamento Europeu esteve representado pelo recém-eleito Presidente Antonio Tajani, que foi também orador principal. Nessa qualidade, sublinhou que a tónica deve ser colocada na reforma da União Europeia, a fim de a melhorar e tornar mais democrática e capaz de dar resposta às expectativas dos seus cidadãos.

Entre os oradores neste evento solene figuraram Romano Prodi, antigo Presidente da Comissão Europeia; Donald Tusk, Presidente do Conselho Europeu; Frans Timmermans, Primeiro Vice-Presidente da Comissão Europeia; Giorgio Napolitano, Presidente Emérito da República Italiana; Mario Monti, antigo Comissário Europeu e antigo Presidente do Conselho de Ministros, e Paolo Gentiloni, Presidente do Conselho de Ministros italiano.

4. Diálogo interparlamentar

4.1 Semana Parlamentar Europeia e Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG)

O artigo 13.º do chamado Pacto Orçamental prevê a criação de uma conferência interparlamentar para debater as políticas orçamentais e outras questões abrangidas pelo acordo. A Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE adotou o Regimento da Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia (CIP ECEG) em 2015. A conferência inclui todos os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. Os parlamentos membros são livres de escolher a dimensão e a composição das suas delegações. Ver www.ipex.eu

A Semana Parlamentar Europeia e a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia ganharam um espaço regular no calendário da cooperação interparlamentar e surgiram como um verdadeiro fórum para debates interparlamentares sobre estes domínios políticos de importância crescente.

A edição de 2017 da Semana Parlamentar Europeia decorreu de 30 de janeiro a 1 de fevereiro de 2017, nas instalações do Parlamento Europeu em Bruxelas. À semelhança de anos anteriores, realizaram-se dois eventos no âmbito da Semana Parlamentar Europeia de 2017:

- A Conferência sobre o Semestre Europeu, organizada pelo Parlamento Europeu. Esta iniciativa constitui uma oportunidade para proceder ao intercâmbio de informações sobre as práticas de excelência na aplicação dos ciclos do Semestre e para reforçar a cooperação destinada a controlar as ações dos executivos, a nível nacional e a nível europeu, no contexto do ciclo do Semestre Europeu.

- A Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, coorganizada e copresidida pela Câmara dos Representantes de Malta e pelo Parlamento Europeu. A conferência é um fórum para debates frutíferos e para o intercâmbio de melhores práticas na aplicação das disposições do Tratado em matéria de cooperação entre os parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu. Além disso, a conferência visa assegurar a responsabilidade democrática no domínio da governação económica e orçamental na UE, em particular, na União Económica e Monetária (UEM), tendo em conta a dimensão social e sem prejuízo das competências dos parlamentos da UE.

A Semana Parlamentar Europeia reuniu mais de 100 deputados dos parlamentos nacionais de toda a União Europeia e deputados do Parlamento Europeu para debater questões económicas, orçamentais e sociais.

No quadro da Presidência do Conselho da UE pela Estónia, o Parlamento estónio acolheu a Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação Económica e Governação na União Europeia, em Taline, de 29 a 31 de outubro de 2017. A conferência interparlamentar centrou-se no intercâmbio de pontos de vista sobre os quatro temas seguintes: o futuro da UEM, medidas de estímulo à economia e assistência financeira, os desafios orçamentais da União Europeia e uma cobrança fiscal eficiente. Eiki Nestor, Presidente do Parlamento da Estónia, e Remo Holsmer, Vice-Presidente da Comissão de Finanças do Parlamento estónio, acolheram 172 deputados em representação de 26 Estados-Membros, o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, a Noruega e o Montenegro durante os três dias da conferência.

4.2 Cooperação interparlamentar sobre política externa e de segurança (CIP PESC/PCSD)

Estabelecida em 2012 através de uma decisão da Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da UE, a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa (CIP PESC/PCSD) é a plataforma interparlamentar de debate sobre a política externa, de segurança e de defesa da União Europeia. Esta Conferência é organizada duas vezes por ano pelo parlamento do Estado-Membro da UE que exerce a Presidência rotativa do Conselho, em estreita cooperação com o Parlamento Europeu, e nela participam habitualmente deputados de toda a União Europeia. Além disso, a Comissão dos Assuntos Externos do Parlamento Europeu convida frequentemente os parlamentos nacionais para as suas reuniões em Bruxelas, como complemento do diálogo interparlamentar neste domínio político crucial. See www.ipex.eu

Em 2017, tiveram lugar as décima e décima primeira edições da Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD, de 26 a 28 de abril em Malta e de 2 a 4 de setembro em Taline. Em ambas as reuniões, as delegações do Parlamento Europeu foram constituídas por membros da Comissão dos Assuntos Externos e da Subcomissão da Segurança e da Defesa, tendo sido presididas pelo deputado David McAllister, presidente da Comissão dos Assuntos Externos.

Durante a Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum e a Política Comum de Segurança e Defesa, organizada no âmbito da Presidência maltesa do Conselho da UE, os debates centraram-se nos seguintes temas: a dimensão oriental da Política Europeia de Vizinhança, a resposta europeia à instabilidade e às ameaças no Mediterrâneo

Meridional e no Médio Oriente. Diversos seminários foram consagrados à Política de Migração da UE em 2017 e mais além, à luta contra a propaganda e a guerra de informação, bem como ao Plano de Ação Europeu no Domínio da Defesa e às relações UE-NATO. A Conferência adotou conclusões abrangentes, com recomendações concretas relativamente a todos esses temas.

Durante o segundo semestre de 2017, por iniciativa do parlamento da Estónia, a Conferência dedicou-se ao debate e à troca de informações sobre questões como: a Europa no contexto global, o reforço da unidade ocidental e das relações transatlânticas, as prioridades da UE no domínio da PESC/PCSD, o ponto da situação fora das fronteiras da UE e formas de reforçar a defesa europeia e aspetos práticos do mundo híbrido, nomeadamente a esfera cibernética e a comunicação estratégica. Durante a conferência, foram realizados seminários especificamente dedicados às fronteiras da União Europeia, que se debruçaram sobre os Balcãs Ocidentais e a Parceria Oriental e a Rússia.

Na sua declaração conjunta, os copresidentes confirmaram que a conferência bianual permite aos deputados nacionais e europeus coordenarem as suas posições políticas sobre questões essenciais de segurança e defesa, com o objetivo de aumentar a eficácia das políticas a nível nacional e da UE na resposta a esses desafios globais.

4.3 Reuniões interparlamentares de comissões (RIC) e outras reuniões interparlamentares

Para além das duas Conferências Interparlamentares ordinárias, as comissões do Parlamento Europeu organizam anualmente até 20 reuniões interparlamentares de comissões (RIC), convidando as comissões correspondentes dos parlamentos nacionais para debater questões específicas. Numa base mais ad hoc, são também realizados outros tipos de reuniões interparlamentares, geralmente pelo parlamento do Estado-Membro que assume a Presidência.

As relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais têm sido consideravelmente fortalecidas nos últimos anos. Os debates no âmbito das RIC proporcionam aos deputados uma plataforma para intercâmbios mais específicos e orientados sobre questões políticas e legislativas cruciais de interesse comum. As RIC constituem agora um elemento dinâmico da cooperação interparlamentar, constando da agenda anual das comissões do Parlamento Europeu. O nível elevado de presenças e o envolvimento constante por parte dos parlamentos nacionais originou uma reflexão contínua ao nível do PE sobre a melhor forma de assegurar que as reuniões sejam mutuamente benéficas e adequadas à sua finalidade.

Em 2017, foram organizadas quinze reuniões interparlamentares de comissões, a maior parte segundo o formato tradicional destas reuniões, mas também sob a forma de troca de pontos de vista. As reuniões tiveram lugar em Bruxelas por iniciativa de uma ou mais comissões do Parlamento Europeu, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais. O número particularmente elevado de reuniões e a escolha final dos temas foi o resultado de um exercício complexo de equilíbrio entre as prioridades legislativas e políticas dos parlamentos europeus e as prioridades ditadas pelos desenvolvimentos internacionais. Em 2017, 450 deputados aos parlamentos nacionais encontraram-se com 400 deputados ao Parlamento

Europeu em reuniões organizadas por nove comissões parlamentares. Três comissões organizaram vários eventos que envolveram parlamentos nacionais: a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (LIBE) organizou três eventos, ao passo que a Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) e a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros (FEMM) organizaram duas RIC cada.

O Parlamento Europeu assegura que diversas reuniões figurem regularmente no calendário de atividades interparlamentares, a saber, a Semana Parlamentar Europeia (ver capítulo 4.1), a troca anual de pontos de vista sobre o ciclo do Semestre Europeu, as reuniões bianuais da Comissão dos Assuntos Externos na Conferência Interparlamentar sobre a PESC/PCSD (ver capítulo 4.2) e a reunião da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros do Parlamento Europeu, realizada por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março.

Em 2017, além da RIC de março sobre a emancipação económica das mulheres, a Comissão FEMM marcou o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres com uma RIC intitulada «A Convenção de Istambul: combater a violência contra as mulheres a nível nacional e europeu».

Ao longo de 2017, as comissões do Parlamento Europeu contribuíram de forma ativa e substancial para o debate em curso sobre o futuro da Europa, fazendo propostas concretas para a reforma das suas políticas e instituições. Sempre que possível, as comissões convidaram os parlamentos nacionais a debater essas propostas durante as reuniões interparlamentares.

A Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos organizou uma RIC sobre a terceira reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo e outra sobre a criação de um mecanismo da UE para a democracia, o Estado de direito e os direitos fundamentais. A Comissão LIBE realizou também uma troca de pontos de vista com os parlamentos nacionais e a sociedade civil sobre a avaliação exaustiva da política de segurança da UE.

A Comissão dos Assuntos Constitucionais convidou os parlamentos nacionais para a RIC intitulada «O Futuro da Europa: pontos de vista sobre as propostas do Parlamento Europeu e sobre o Livro Branco da Comissão». Enquanto etapa preliminar à redação do seu relatório intitulado «Aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais», a Comissão AFCO realizou uma RIC específica no âmbito da qual os deputados e peritos partilharam com o relator e com a comissão os seus conhecimentos diretos sobre o tema.

A Comissão do Desenvolvimento Regional debruçou-se sobre o futuro da política de coesão após 2020. A Comissão dos Assuntos Externos (AFET) debateu as perspetivas de integração na UE e o processo de adesão dos Balcãs Ocidentais, o que constituiu uma troca de pontos de vista oportuna sobre um assunto anunciado como uma das principais prioridades da Presidência búlgara. Os parlamentos nacionais associaram-se ao debate sobre o papel da UE no plano mundial, que ocorreu na RIC dedicada ao tema «A implementação do Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e os objetivos de desenvolvimento sustentável», organizada pela Comissão do Desenvolvimento.

Um ponto alto de 2017 foi a organização conjunta, pela Comissão LIBE e pela Presidência estónia, da reunião constitutiva do Grupo de controlo parlamentar conjunto sobre a Europol. Foi o resultado de um processo moroso de consulta e de intercâmbio (ver capítulo 2.3).

Uma tendência recente na cooperação interparlamentar foi o convite dirigido aos parlamentos nacionais para que participassem nas conferências de alto nível organizadas por iniciativa e sob os auspícios do Presidente do Parlamento Europeu. A primeira conferência de alto nível abordou a gestão da migração e teve lugar em 21 de junho de 2017. Seguiram-se-lhe eventos semelhantes relacionados com: o turismo (27 de setembro de 2017), o financiamento de energias limpas (7 de novembro de 2017) e uma parceria renovada com África (22 de novembro de 2017). As conferências de alto nível reuniram deputados aos parlamentos nacionais e ao Parlamento Europeu, bem como diversas partes interessadas. Este novo formato proporcionou uma grande variedade de perspetivas sobre esses temas, contribuindo para debates parlamentares mais informados.

O anexo II inclui uma lista de todas as reuniões interparlamentares organizadas por comissões do Parlamento Europeu em 2017, bem como dados estatísticos mais pormenorizados.

4.4 Visitas bilaterais dos parlamentos nacionais da UE ao Parlamento Europeu

Um instrumento e formato em constante evolução para o diálogo interparlamentar são as visitas bilaterais que os parlamentos nacionais fazem, separadamente, ao Parlamento Europeu, muitas vezes combinadas com visitas às restantes instituições da UE. Este formato constitui um quadro altamente focalizado, adaptado, flexível e eficiente em termos de custos e de tempo para o debate sobre questões que suscitam preocupação a um parlamento nacional específico.

O objetivo das visitas bilaterais é promover e reforçar as relações entre os parlamentos, tanto a nível político como administrativo. O seu número tem aumentado, uma tendência que deverá continuar.

Em 2017 foi organizado um número recorde de visitas: 85 no total. O maior número de pedidos de visitas veio de ambas as câmaras do Parlamento do Reino Unido, da Assembleia Nacional francesa e do Parlamento norueguês. Previsivelmente, as visitas do Parlamento do Reino Unido centraram-se na questão da saída do Reino Unido da UE. As visitas francesas foram realizadas, acima de tudo, com o propósito de apoiar o processo de reforma profunda do Parlamento francês. A atividade da Noruega pode ser explicada, em parte, também pelo Brexit, uma vez que o «modelo norueguês» figurava como uma opção credível para as futuras relações UE-Reino Unido em 2017. Tal como mencionado no capítulo sobre o futuro da UE, a saída do Reino Unido da UE e a aproximação dos cidadãos à UE estiveram em destaque na ordem do dia destas reuniões.

São organizadas visitas específicas para os deputados e peritos dos países que assumem a Presidência da UE pela primeira vez, no âmbito dos programas de apoio ao «Parlamento na Presidência» (ver capítulo 6.3). Ocasionalmente e mediante pedido, o Parlamento Europeu organiza visitas para o pessoal de parlamentos que estejam em processo de adaptação ou modernização e expressem interesse no funcionamento do PE.

O anexo III disponibiliza uma lista exaustiva de todas as visitas, incluindo videoconferências, de parlamentos nacionais ao Parlamento Europeu organizadas em 2017, com o apoio da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

5. O «mecanismo de alerta precoce» e o «diálogo político informal» – Protocolos n.ºs 1 e 2 do Tratado de Lisboa

O Protocolo n.º 2 do TFUE cria um mecanismo de reanálise, o chamado «mecanismo de alerta precoce», que envolve os parlamentos nacionais. Ao abrigo deste mecanismo, os parlamentos nacionais podem reanalisar os projetos de atos legislativos da UE e, caso detetem uma violação do princípio da subsidiariedade, podem enviar um «parecer fundamentado» à instituição emissora no prazo de oito semanas a contar da data de envio do projeto de ato legislativo. O Protocolo prevê um procedimento de reanálise e até uma reanálise obrigatória (conhecidos, respetivamente, como «cartão amarelo» e «cartão laranja») quando o número de pareceres fundamentados excede determinados limiares. Este papel formal dos parlamentos nacionais promoveu um maior nível de cooperação com o Parlamento Europeu e levou à reanálise e alteração do respetivo Regimento e das estruturas administrativas destinadas a melhorar ainda mais as relações interparlamentares.

Ver www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/connect/welcome.html

5.1 Mecanismo de alerta precoce

No que respeita ao mecanismo de alerta precoce, os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais são considerados de acordo com as seguintes categorias³:

1. «pareceres fundamentados», se tiverem sido recebidos no prazo de oito semanas referido no artigo 6.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa⁴ e indicarem uma inobservância do princípio da subsidiariedade;
 2. «contributos», se não preencherem os critérios acima referidos.
- No Parlamento Europeu, a Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) é responsável pelo controlo do cumprimento do princípio da subsidiariedade⁵.

Em 2017, o Parlamento Europeu recebeu formalmente 421 documentos dos parlamentos nacionais no âmbito do Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade. Desses, 49 eram pareceres fundamentados, ao passo que os restantes 372 eram contributos (documentos que não suscitavam questões relativas à observância da subsidiariedade).

Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa (em 1 de dezembro de 2009), os parlamentos nacionais apresentaram 2799 documentos. Desses, apenas 429 (15 %) eram pareceres

³ Ver o documento da Conferência dos Presidentes das Comissões, de 15 de dezembro de 2010, sobre uma abordagem comum para o tratamento, a nível das comissões, dos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais e de outros contributos dos parlamentos nacionais.

⁴ Protocolo n.º 2 relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, artigo 6.º: «Qualquer Parlamento nacional ou qualquer das câmaras de um desses Parlamentos pode, no prazo de oito semanas a contar da data de envio de um projeto de ato legislativo, nas línguas oficiais da União, dirigir aos presidentes do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão um parecer fundamentado em que exponha as razões pelas quais considera que o projeto em questão não obedece ao princípio da subsidiariedade. Cabe a cada um dos Parlamentos nacionais ou a cada uma das câmaras de um Parlamento nacional consultar, nos casos pertinentes, os Parlamentos regionais com competências legislativas.

⁵ Regimento do Parlamento Europeu, anexo V, ponto XVI, n.º 1: A Comissão dos Assuntos Jurídicos é responsável pela «interpretação, aplicação e acompanhamento do direito da União e conformidade dos atos da União com o direito primário, nomeadamente a escolha das bases jurídicas e o respeito dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade».

fundamentados que alegavam uma violação do princípio da subsidiariedade, enquanto a vasta maioria (cerca de 85 %) eram contributos que se ocupavam do conteúdo das propostas.

Esta situação demonstra que os parlamentos nacionais não têm utilizado este mecanismo para bloquear o processo legislativo a nível da UE. Até agora, apenas alguns parlamentos nacionais enviaram grandes números de pareceres fundamentados. Em 2017, 18 dos 41 parlamentos apresentaram pareceres fundamentados. Os mais ativos foram: o *Sénat* francês com oito, o *Bundestag* alemão e o *Bundesrat* austríaco, com 6 pareceres fundamentados cada um.

Desde a introdução deste mecanismo, o limiar necessário para ativar o procedimento de «cartão amarelo» apenas foi alcançado três vezes, mais recentemente em maio de 2016, a propósito da proposta de revisão da Diretiva relativa ao destacamento de trabalhadores. A Comissão decidiu manter a sua proposta, uma vez que, na sua opinião, esta não viola o princípio da subsidiariedade⁶. Muitos dos parlamentos nacionais que participaram neste terceiro «cartão amarelo» continuaram a manifestar a sua decepção com o resultado ao longo de 2017.

Os parlamentos nacionais utilizaram o Protocolo n.º 2 como um meio para exprimir os seus pontos de vista sobre a matéria de fundo da proposta e não tanto sobre a subsidiariedade. Tal reflete o seu desejo de participarem mais ativamente no verdadeiro processo legislativo.

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais disponibiliza aos deputados (em particular aos relatores), aos órgãos políticos e aos serviços do Parlamento Europeu conhecimentos específicos e notas de síntese sobre as propostas dos parlamentos nacionais ao longo de todo o ciclo legislativo.

Neste contexto, a Direção mantém a base de dados CONNECT, que inclui todos os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Esta base de dados foi modernizada no início de 2017, por forma a incluir uma série de importantes funções de pesquisa e ferramentas de estatística. Encontra-se agora disponível no sítio Web da Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais: www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/connect/welcome.html

As alterações implementadas permitiram ainda a inclusão dessa informação diretamente no espaço de trabalho comum da DG IPOL e da DG EXPO, a ferramenta eCommittee. Como acontece com todos os outros documentos e informações das comissões relativos a um dossiê legislativo, as comunicações dos parlamentos nacionais são incluídas diretamente no dossiê a que dizem respeito. Tal aplica-se não só aos pareceres fundamentados, como também a todos os contributos recebidos dos parlamentos nacionais.

Um outro serviço fornecido pela Direção é a nota mensal sobre o ponto da situação dos pareceres fundamentados e contributos apresentados. A nota é constituída por duas partes: uma que dá uma panorâmica de todos os documentos apresentados desde a última nota e outra que refere todos os dossiês legislativos na ordem do dia da respetiva sessão plenária. É preparada para a reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões de terça-feira de cada sessão de Estrasburgo e faz parte dos documentos de reunião oficiais. A nota sobre o ponto de situação encontra-se igualmente disponível no sítio Web da Direção e é distribuída antes de cada reunião

⁶ Ver capítulo 2.2 do Relatório intercalar de 2016 sobre as relações entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais da UE, Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais.

plenária a todos os deputados, assistentes e representantes dos grupos políticos, ao Serviço Jurídico e à DG IPOL, à DG EXPO, aos Gabinetes de Ligação do Parlamento Europeu, bem como aos serviços da Comissão e do Conselho responsáveis pelas relações com os parlamentos nacionais.

5.2 Diálogo político informal

O Protocolo n.º 1 do TFUE permite aos parlamentos nacionais apresentarem observações sobre ficheiros legislativos da competência exclusiva da União Europeia, bem como sobre uma grande diversidade de documentos não legislativos, nomeadamente documentos relacionados com debates em curso a nível europeu, livros verdes, livros brancos, ou comunicações da Comissão Europeia. As observações sobre estes documentos são bastante numerosas e inserem-se no denominado «diálogo político informal».

Em 2017, os parlamentos nacionais continuaram a utilizar ativamente esta ferramenta enviando 199 contributos⁷. Neste contexto, em 2017, as três câmaras mais ativas foram a Câmara dos Deputados da Roménia, com 30 contributos, o Senado da República Checa, com 28, e a Câmara dos Deputados de Itália, com 27 contributos.

Desde 2009, o Parlamento Europeu recebeu cerca de 1 900 contributos dos parlamentos nacionais, que estão também publicados na base de dados supracitada, CONNECT.

O anexo IV disponibiliza dados estatísticos sobre os pareceres fundamentados e os contributos recebidos ao abrigo do mecanismo de alerta precoce em 2017.

5.3 Princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade revisitados

O reforçado compromisso e diálogo da Comissão com os parlamentos nacionais prosseguiu em 2017. Os parlamentos nacionais convidam, com cada vez mais frequência, os Comissários a participarem nos seus debates, cooperam no processo conjunto de seleção de prioridades para o controlo relativo ao programa de trabalho anual da Comissão Europeia e apresentam sugestões de iniciativas legislativas.

Ao longo dos anos, os parlamentos nacionais procederam a uma reflexão comum sobre as possíveis melhorias práticas no âmbito dos Tratados, para que os objetivos do princípio da subsidiariedade tenham o máximo efeito. Nos seus contributos, a COSAC formulou recomendações por diversas vezes, relativas sobretudo à exclusão de vários períodos de férias da contagem do prazo para apresentação de pareceres fundamentados; ao prazo interno de oito semanas para as respostas da Comissão aos pareceres fundamentados dos parlamentos nacionais; ao esclarecimento constante da exposição de motivos das novas propostas que substituem os atos que desencadearam um número significativo de pareceres fundamentados sobre a forma como foram assimiladas as questões relacionadas com a subsidiariedade; à inclusão na exposição de motivos de outros aspetos das avaliações de impacto, em particular a

⁷ Tal como previsto no Protocolo n.º 2, os documentos enviados no âmbito do diálogo político informal são designados «contributos».

análise pertinente para a apreciação da conformidade do ato com os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade⁸.

A melhoria do controlo da subsidiariedade e o diálogo político no âmbito do Tratado em vigor foram objeto de debate na reunião plenária da LVII COSAC, realizada em Malta, na sessão sobre o papel dos parlamentos nacionais no futuro da UE. Os deputados que intervieram no debate reiteraram as propostas acima referidas e solicitaram, igualmente, respostas mais precisas e fundamentadas, bem como a continuação da aplicação do procedimento de «cartão verde», considerado um instrumento positivo no que se refere aos contributos dos parlamentos nacionais. Várias câmaras, nomeadamente dos países do Grupo de Visegrado, foram favoráveis à introdução do chamado procedimento de «cartão vermelho», que concederia aos parlamentos o direito de veto sobre as propostas da Comissão.

Os trabalhos do Parlamento Europeu sobre a avaliação da aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais foram mencionados no capítulo 2.6.3.

Os parlamentos nacionais acolheram favoravelmente a criação do *Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior eficiência»*, em 14 de novembro de 2017, pelo Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker. O Grupo de Trabalho prestará informações ao Presidente, o mais tardar, até 15 de julho de 2018, e formulará recomendações sobre a melhor forma de aplicar os princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade em domínios políticos, nos quais o trabalho poderia ser delegado novamente ou devolvido de forma definitiva aos Estados-Membros, assim como sobre o modo de melhorar a participação dos órgãos de poder local e regional na elaboração e execução das políticas da UE.

A Conferência dos Presidentes do Parlamento Europeu recusou o convite para o envio de representantes ao Grupo de Trabalho, respeitando o princípio já bem estabelecido de que os deputados ao Parlamento Europeu não podem participar em grupos de trabalho ou fóruns consultivos criados pela Comissão Europeia.

Nas conclusões da LVII COSAC, realizada em Taline, é referido que os parlamentos nacionais estão representados no Grupo de Trabalho pelos deputados dos parlamentos nacionais membros da troica presidencial da COSAC (representantes dos Parlamentos estónio, búlgaro e austríaco). A COSAC instou a Comissão a aumentar o número de representantes dos parlamentos nacionais no Grupo de Trabalho, a fim de assegurar uma representação mais alargada e um conjunto mais vasto de competências. A proposta não foi aceite pela Comissão.

Consequentemente, e tendo em vista alargar o debate entre todos os parlamentos nacionais e coordenar os seus esforços para representar os interesses dos cidadãos europeus, foi criado um grupo de trabalho da COSAC, no qual estão representadas todas as câmaras nacionais.

⁸ Um resumo geral das recomendações da COSAC foi apresentado à COSAC pela delegação do Senado checo; destinava-se a ser um contributo para os trabalhos do Grupo de Trabalho Subsidiariedade, Proporcionalidade e «Fazer menos com maior eficiência»; o documento está disponível no seguinte endereço: www.ipex.eu/IPEXL-WEB/parliaments/institution/czsen.do

6. Instrumentos de intercâmbio de informações e de trabalho em rede

6.1 Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

Gerido conjuntamente pelo Parlamento Europeu e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, o centro tem como membros 66 câmaras parlamentares (incluindo 41 na União Europeia) de 54 países e instituições europeias. Quase 120 correspondentes e correspondentes suplentes representam os respetivos parlamentos na rede e contribuem para as principais atividades do CEIDP, que consistem numa intensa troca de informações e de boas práticas. Ver ecprd.secure.europarl.europa.eu/ecprd/public/page/about

Em 2017, o CEIDP comemorou o seu 40.º aniversário. O Parlamento Europeu, em conjunto com a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, organizou a Conferência Anual dos Correspondentes no *Palais de l'Europe*, em Estrasburgo. Foi uma ocasião para fazer o balanço dos resultados obtidos no passado e debater as oportunidades futuras. A conferência teve início com uma comunicação sobre a relevância da informação para os parlamentos e para os deputados. Foi seguida de uma apresentação histórica sobre a forma como o CEIDP se tornou num modelo para o intercâmbio de informações e de boas práticas. O dia terminou com duas apresentações, descrevendo os desafios para os serviços de estudos e das bibliotecas parlamentares.

A conferência representou também o momento de apresentar um *Festschrift*, no qual os correspondentes de cerca de 40 parlamentos descreveram, na sua perspetiva, o estado atual da investigação parlamentar e a importância do CEIDP para a satisfação das necessidades de informação dos deputados e dos órgãos parlamentares.

Por último, mas não menos importante, pouco antes da conferência, foi lançada a versão 5 da página Web do CEIDP. A estrutura interna foi completamente reorganizada, após quase dois anos de um trabalho intenso. O seu novo «design reativo» permite agora um acesso simples, seja através de um *smartphone*, de um *tablet* ou de um computador. Importa salientar, uma vez mais, que a cooperação com a DG ITEC se revelou muito eficaz.

A Direção e o Serviço de Estudos do Parlamento Europeu (EPRS) organizaram um seminário do CEIDP, intitulado «O futuro dos serviços de estudos e das bibliotecas parlamentares num domínio em rápida mudança: otimização da qualidade, do serviço, da prestação e da relevância». O evento reuniu 73 participantes, provenientes de 36 câmaras parlamentares. Os chamados «grupos de debate» constituíram um novo elemento promissor num seminário do CEIDP. Os participantes tiveram a oportunidade de debater questões metodológicas e desafios em três sessões que decorreram em paralelo: o Brexit, a economia circular e a política de migração na Europa. Uma sessão especial foi dedicada às iniciativas regionais de cooperação entre serviços de estudos parlamentares nos países nórdicos, da Europa do Sudeste e do Grupo de Visegrado. Nesta sessão especial, assim como nos contributos das outras sessões, foi salientado um grande interesse em aumentar o intercâmbio de informações entre os serviços.

No que se refere aos pedidos comparativos, em 2017, foi alcançado um novo máximo histórico com um total de 337 pedidos, o que representa um aumento significativo em comparação com 2016, ano em que foram apresentados 273 pedidos à rede. À primeira vista, trata-se de uma mensagem muito positiva, uma vez que realça de forma impressionante a

consideração e importância que os parlamentos conferem ao CEIDP. Por outro lado, cada pedido representa elevadas expectativas de receção das informações solicitadas não só em termos de número de respostas, mas também em termos de qualidade. É evidente, por conseguinte, que a preparação de respostas a um número tão elevado de pedidos se traduz num volume de trabalho significativo. Felizmente, até ao momento, não há indicações de que esta atividade do CEIDP se possa tornar uma vítima do seu próprio sucesso, mas continua a ser necessário manter uma determinada noção deste risco potencial.

Na sua qualidade de facilitadora, a Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais do Parlamento Europeu presta apoio aos respetivos serviços do PE. Em 2017, em nome de outros serviços do Parlamento Europeu, a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais enviou seis pedidos à rede CEIDP. Ademais, forneceu respostas a 31 pedidos apresentados por outros parlamentos da rede CEIDP.

«Spotlight on Parliaments in Europe»

A publicação «Spotlight on Parliaments in Europe» [Parlamentos da Europa em destaque] resume informações sobre determinadas matérias da atualidade partilhadas pelos parlamentos, através da rede de intercâmbio do Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP).

Em 2017, a Direção elaborou cinco novas edições da publicação *Spotlight* sobre diversos temas.

O anexo V disponibiliza uma síntese das matérias sobre as quais o Parlamento Europeu consultou a rede CEIDP, os pedidos aos quais o Parlamento Europeu respondeu, uma lista pormenorizada dos seminários e sessões estatutárias do CEIDP, bem como a lista das edições do «Spotlight on Parliaments in Europe» publicadas em 2017.

6.2 Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX)

O Intercâmbio Interparlamentar de Informação sobre a União Europeia (IPEX) tem por objetivo apoiar a cooperação interparlamentar ao proporcionar uma plataforma para o intercâmbio eletrónico de informações relacionadas com a UE entre os parlamentos da UE. O IPEX foi lançado como uma iniciativa dos parlamentos nacionais da UE e desenvolvido com a assistência técnica do Parlamento Europeu. Atualmente, 41 câmaras de 28 parlamentos nacionais, bem como o Parlamento Europeu, utilizam o IPEX nas suas atividades quotidianas. O IPEX é continuamente aperfeiçoado para satisfazer as necessidades em constante mudança dos seus utilizadores. Ver www.ipex.eu

Em 2017, foram adotados dois documentos importantes. A estratégia digital do IPEX foi aprovada pelos secretários-gerais dos parlamentos da UE na sua reunião de 21 de fevereiro, em Bratislava. Trata-se de um plano abrangente sobre o desenvolvimento futuro do IPEX. A estratégia digital descreve, igualmente, as abordagens estratégicas para alcançar e aplicar os objetivos do IPEX. Ademais, ao mesmo tempo que define as disposições orientadoras relativas à manutenção e atualização da página Web a curto prazo, identifica formas de envolver ativamente os correspondentes nacionais do IPEX na consecução dos objetivos da estratégia digital, descreve as relações com outros intervenientes e outras plataformas no âmbito do

intercâmbio de informação da UE e, por fim, identifica as medidas pertinentes para a promoção do IPEX e para um maior desenvolvimento da comunicação.

Reunido em Bratislava, em 19 de maio de 2017, o Conselho do IPEX adotou um Programa de Trabalho para o período 2017-2020, que deve ser entendido como um instrumento de aplicação da estratégia digital. O programa de trabalho trienal destina-se às Presidências eslovaca (2017-2018), estónia (2018-2019) e austríaca (2019-2020) do IPEX. O programa inclui os seguintes objetivos prioritários: a promoção do IPEX, o reforço da rede IPEX e a melhoria da base de dados do IPEX.

Com vista a executar o programa de trabalho, o Conselho do IPEX criou três grupos de trabalho, sendo cada um deles responsável pela consecução de um objetivo prioritário.

O Parlamento Europeu apoiou ativamente a adoção de ambos os documentos. O funcionário responsável pelo IPEX na DG ITEC e a Unidade de Cooperação Institucional da Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais contribuíram para esse esforço. O apoio renovado do Parlamento Europeu ao IPEX reflete-se na atenção prestada pelo Deputado Paulo Rangel à elaboração do seu relatório sobre a aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais. Em várias visitas aos parlamentos nacionais, o relator referiu constantemente a importância da plataforma e apresentou propostas para a sua possível evolução.

Embora o IPEX não seja a única plataforma para o intercâmbio de documentos relacionados com a UE, para o Parlamento Europeu é evidente que tem o potencial de se converter no principal meio de comunicação entre as instituições da UE e os parlamentos nacionais.

Apesar de 2017 ter sido um ano de uma intensa e profunda reflexão e renovação para o IPEX, no que se refere ao seu papel e às suas expectativas, a plataforma continuou a exercer as suas funções já consolidadas. O IPEX publica atualmente cerca de 88 000 páginas dos parlamentos nacionais e das instituições da União Europeia com informações relacionadas com controlo em 12 500 documentos elaborados pelas instituições da UE e ligados a mais de 10 000 dossiês. Em 2017, o número total de documentos legislativos e não legislativos registados na rede IPEX era de 1 053 (2016: 1 064; 2015: 805; 2014: 933).

Em 2017, a página Web do IPEX foi consultada por 307 737 visitantes individuais, o que representa um aumento considerável em consonância com a tendência geral de crescimento verificada nos anos anteriores. Foram visitadas cerca de 6 milhões de páginas, estando este número dentro do padrão observado nos últimos 3 anos.

6.3 Outras ferramentas e redes

Representantes dos parlamentos nacionais em Bruxelas

A Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais acolhe e alberga os representantes administrativos designados pelos parlamentos/câmaras nacionais para o Parlamento Europeu. Desde 1991 (2016 assinalou o 25.º aniversário do acordo) e com vista a reforçar a cooperação interparlamentar com a UE, o Parlamento Europeu ofereceu aos representantes espaços

complementares de escritório e outros espaços internos mediante pedido, nas suas instalações de Bruxelas e de Estrasburgo.

Ao longo do tempo, todos os parlamentos nacionais enviaram um funcionário nacional a Bruxelas para facilitar as relações com a UE. Presentemente, contam-se 55 funcionários de 40 câmaras, que ocupam 37 escritórios. Os representantes trabalham no mesmo edifício do Parlamento Europeu que alberga a Direção das Relações com os Parlamentos Nacionais, o que dá origem a inúmeras sinergias e facilita os intercâmbios.

Estes representantes são funcionários nacionais cujo papel é administrativo e neutro: a sua função de informação mútua (enquanto fluxo bilateral entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais) é um fator determinante nos assuntos da UE, uma vez que o objetivo final destes intercâmbios é muito concreto, nomeadamente obter respostas comuns a nível parlamentar para os inúmeros desafios enfrentados pela União Europeia.

Está disponível uma lista atualizada de representantes em: www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/about/contacts.

Programas de apoio ao «Parlamento na Presidência»

Na fase de preparação da dimensão parlamentar de cada Presidência da UE, a cooperação e o intercâmbio interparlamentares intensificam-se. Sempre que o parlamento de um país que detém, pela primeira vez, a Presidência rotativa do Conselho da UE solicita a assistência do Parlamento Europeu para a preparação das atividades da dimensão parlamentar da Presidência, o Parlamento Europeu pode contribuir para os custos do programa, repartindo-os com o parlamento em questão. No âmbito deste programa, o Parlamento Europeu trabalha para prestar apoio à medida das necessidades e prioridades da Presidência.

Após as alterações do calendário das Presidências do Conselho da UE, uma sequência sem precedentes de Estados-Membros dirigem a UE pela primeira vez: Eslováquia, Malta, Estónia e Bulgária. Os parlamentos destes países beneficiaram todos do Programa de Apoio à Presidência da UE.

Por iniciativa do Parlamento maltês, foi organizada uma visita a Malta para a preparação da dimensão parlamentar tendo em vista a Presidência. A Direção para as Relações com os Parlamentos Nacionais esteve representada num seminário sobre subsidiariedade, realizado nessa ocasião.

Em 2017, a Direção organizou diversas visitas de estudo e sessões de informação para os peritos do Parlamento da Estónia e da Bulgária, com vários serviços e comissões do Parlamento Europeu. Está previsto um programa semelhante para o Parlamento romeno.

Os participantes no programa confirmaram que os exercícios exaustivos realizados numa fase inicial foram especialmente úteis para planear melhor a dimensão parlamentar. O trabalho em rede com todos os interlocutores pertinentes (deputados ao Parlamento Europeu, funcionários do Parlamento Europeu, representantes dos parlamentos nacionais, o representante do IPEX, o Secretariado da COSAC e equipas de projetos da conferência interparlamentar) e a partilha de ensinamentos retirados de experiências recentes foram muito bem acolhidos. A transferência

de conhecimentos especializados e a comunicação constante também garantiram a coerência do trabalho da dimensão parlamentar das diversas presidências.

Agenda semanal de atividades com a participação dos parlamentos nacionais

A Direção publica informações pormenorizadas sobre os eventos relacionados ou que contam com a participação dos parlamentos nacionais, através da sua *Agenda semanal*. O objetivo é aumentar a transparência e a visibilidade das numerosas atividades interparlamentares realizadas. A *Agenda semanal* é enviada a todos os deputados e à maioria dos serviços do Parlamento Europeu. Inclui os eventos das duas semanas subsequentes.

7. ANEXOS

ANEXO I – Reuniões da COSAC – Temas e principais oradores 2017

Evento da COSAC	Temas	Principais oradores/intervenientes do Parlamento Europeu
Reunião dos Presidentes Malta, 22-23 de janeiro de 2017	I Reflexão sobre a presidência maltesa da UE II Debate sobre o programa de trabalho anual de 2017 da Comissão Europeia	Danuta Maria Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu
Reunião plenária da LVII COSAC, Malta, 28-30 de maio de 2017	I Reflexões sobre a presidência maltesa II O papel dos parlamentos nacionais no futuro da UE III Resultado do referendo no Reino Unido - ponto da situação IV Alargar a economia azul - rumo a uma política marítima integrada da UE mais sustentável V Migração - Luta contra a introdução clandestina de migrantes e o tráfico de seres humanos e estabelecimento de uma política humana e eficaz em matéria de regresso e readmissão	Mairead McGuinness, Primeira Vice-Presidente do Parlamento Europeu Danuta Maria Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu
Reunião dos Presidentes Taline, 9-10 de julho de 2017	I Prioridades da Presidência estónia II De empresas em fase de arranque a empresas em fase de expansão - o potencial não utilizado da UE	
Reunião plenária da LVIII COSAC, Taline, 26-28 de novembro de 2017	I O futuro da União Europeia II Aproximar a União Europeia dos seus cidadãos - quais são as boas práticas dos parlamentos nacionais? III Mercado único digital: desenvolvimentos atuais dos serviços eletrónicos IV Construir uma União da Segurança eficaz e sustentável V A dimensão externa da migração: prevenir e combater a migração irregular	Danuta Maria Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu

Para informações mais pormenorizadas sobre a ordem do dia das reuniões da COSAC publicadas pelas presidências, consulte o sítio da COSAC: www.cosac.eu

ANEXO II - Reuniões interparlamentares organizadas pelas comissões do Parlamento Europeu em Bruxelas⁹ em 2017

Comissão PE	Evento	Participação de			
		Parlamentos nacionais ¹⁰			PE
		Membros	Países	Parlamentos/ Câmaras	Membros
ECON/BU DG/ EMPL	30 de janeiro – 1 de fevereiro Semana Parlamentar Europeia: Os ciclos do Semestre Europeu de 2016-2017 A conferência interparlamentar nos termos do art.º 13.º do Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária	98	24	30	90 ECON/ PANA ICM - 49 EMPL ICM - 12 BUDG ICM - 29
LIBE	28 de fevereiro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «A terceira reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo - à altura do desafio»	46	18	21	40
FEMM	8-9 de março <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «A emancipação económica das mulheres: atuem em conjunto»	25	15	16	19
AFCO	2 de maio <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Aplicação das disposições do Tratado relativas aos parlamentos nacionais» Relator: Paulo Rangel	11	8	9	9
LIBE	11 de maio <u>Troca de pontos de vista</u> entre o Parlamento Europeu, os parlamentos nacionais e a sociedade civil: Avaliação exaustiva da política de segurança da UE	13	9	9	16
LIBE	22 de junho <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Criação de um mecanismo da UE para a democracia, o estado de Direito e os direitos fundamentais»	25	15	18	22
LIBE	9-10 de outubro Reunião constitutiva do «grupo de controlo parlamentar conjunto (GCPC) sobre a Europol»	69	26	34	29 9 de outubro de 2017 (12) Membros efetivos do GCPC: 10

⁹ Salvo especificação em contrário, todas as reuniões são reuniões interparlamentares de comissões.

¹⁰ Estados-Membros da UE, países candidatos, países candidatos potenciais, Suíça e Noruega.

					Suplentes do GCPC: 1 Outros deputados ao Parlamento Europeu: 10 de outubro de 2017 (17) Membros efetivos do GCPC: 12 Suplentes do GCPC: 2 Outros deputados ao Parlamento Europeu: 3
ECON	10 de outubro <u>Troca de pontos de vista entre o Parlamento Europeu e os parlamentos nacionais sobre «as recomendações específicas por país e a matéria coletável comum consolidada do imposto sobre as sociedades»</u>	29	18	20	24
AFCO	11 de outubro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> O Futuro da Europa: «Pontos de vista sobre as propostas do Parlamento Europeu e sobre o Livro Branco da Comissão»	25	16	19	11
DEVE	21 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e os objetivos de desenvolvimento sustentável»	23	22	26	27
AFET	21 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Processo de adesão à UE dos Balcãs Ocidentais»	33	25	29	63
FEMM	21 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «A Convenção de Istambul: combater a violência contra as mulheres a nível nacional e europeu»	31	15	18	17
REGI	22 de novembro <u>Reunião interparlamentar de comissões:</u> «Os principais temas atuais da política de coesão e o futuro de 2020»	22	13	15	33
TOTAL		450			400

ANEXO III - Visitas dos parlamentos nacionais¹¹ ao Parlamento Europeu (incluindo videoconferências) 2017

Data	País/Câmara	Comissão/Outros
09/01/2017	FR - Assembleia Nacional	Reforma do regime de comércio de licenças de emissão da UE
12/01/2017	FR - Assembleia Nacional	Claude Bartolone, Presidente da Assembleia Nacional francesa com delegação (deputados, funcionários, membros de gabinete)
17-19/01/2017	UK - Câmara dos Lordes	Comissão Especial sobre a União Europeia
25/01/2017	UK - Câmara dos Lordes	Subcomissão de Assuntos Financeiros da UE
25/01/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita sobre a política agrícola comum
25/01/2017	DK - Parlamento dinamarquês	Visita de trabalho de funcionários
31/01/2017	NO - Parlamento norueguês	Comissão Permanente dos Transportes e da Comunicação do Parlamento norueguês
06/02/2017	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Membro da Câmara dos Representantes neerlandesa
06-07/02/2017	BG - Assembleia Nacional	Visita de funcionários
08/02/2017	IR - Parlamento	Comissão Mista sobre assuntos da União Europeia
08-09/02/2017	NO - Parlamento norueguês	Visita de trabalho do Parlamento norueguês
27/02/2017	UK - Câmara dos Comuns	Comissão do País de Gales
28/02/2017	EE - Parlamento estónio	Reunião com os Copresidentes da COSAC e o Comissário Dimitris Avramopoulos
02-03/03/2017	EE - Parlamento estónio	Visita do Secretário-Geral e de funcionários
03/03/2017	NO - Parlamento norueguês	Visita do Presidente da Comissão Permanente dos Assuntos Externos e da Defesa
07/03/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de trabalho de funcionários
09-10/03/2017	EE - Parlamento estónio	Visita de funcionários
20/03/2017	DK - Parlamento dinamarquês e Parlamento islandês	Visita de trabalho de deputados e funcionários
23/03/2017	NO - Parlamento norueguês	Apresentação aos líderes do Instituto norueguês de Saúde Pública
23/03/2017	DK - Parlamento dinamarquês	Reunião de deputados da Comissão dos Assuntos Externos e da Comissão dos Assuntos Europeus, incluindo um líder partidário e vários antigos ministros, com a presença de Guy Verhofstadt, Presidente do Grupo ALDE, responsável do Parlamento Europeu para as negociações do Brexit, e de Danuta Hübner, Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu
23/03/2017	FR - Assembleia Nacional	Reunião de funcionários da assembleia nacional com funcionários dos secretariados das comissões ENVI e ITRE do PE
28/03/2017	UK - Câmara dos Comuns	Comissão de Saída da Câmara dos Comuns
28-30/03/2017	BG - Assembleia Nacional	Visita de funcionários
29/03/2017	FR - Assembleia Nacional	Secretariado ECON

¹¹ Parlamentos nacionais da UE; Parlamento norueguês e Conselho Nórdico.

29/03/2017	UK - Câmara dos Lordes	Diálogo sobre o Brexit
30/03/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de trabalho de funcionários
20/4/2017	AT - Parlamento austríaco	DG COMM, DG INLO
25/04/2017	UK - Câmara dos Comuns	Comité Restrito
26/04/2017	DK - Parlamento dinamarquês	Comissão dos Assuntos da UE
26-28/04/2017	BG - Assembleia Nacional	Visita de funcionários
03/05/2017	UK - Câmara dos Comuns	Comité Restrito
03/05/2017	UK - Câmara dos Lordes	Diálogo sobre o Brexit
04/05/2017	UK - Câmara dos Lordes	Diálogo sobre o Brexit
09/05/2017	GR - Parlamento grego	Visita do Presidente do Parlamento grego
30/05/2017	IT - Câmara dos Deputados	Comissão sobre o fenómeno da xenofobia, do racismo e do ódio (Comissão Jo Cox), presidida por Laura Boldrini, Presidente da Câmara dos Deputados italiana, e por Cécile Kashetu Kyenge, deputada ao Parlamento Europeu italiana, Copresidente do Intergrupo «Anti-Racismo e Diversidade» (ARDI) do Parlamento Europeu (videoconferência)
06/06/2017	UK - Câmara dos Comuns	Visita de estudo de funcionários
07/06/2017	EE - Parlamento estónio	Visita do Presidente da Comissão dos Assuntos Externos e da Defesa Nacional
07-08/06/2017	EE - Parlamento estónio	Visita de funcionários
07/06/2017	DE - Parlamento Federal alemão	Grupo de estudantes da Universidade Humboldt
08/06/2017	ES - Cortes Gerais	Reunião das Cortes Gerais espanholas com o Presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani
08/06/2017	NO - Parlamento norueguês	Visita de funcionários da Statnett
09/06/2017	NO - Parlamento norueguês	Estagiários do Ministério norueguês dos Negócios Estrangeiros
26/06/2017	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Comissão dos Assuntos da UE
26/06/2017	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Visita de Sven Koopmans, relator da «Lei Eleitoral Europeia»
27-28/06/2017	LT - Parlamento lituano	Delegação do Parlamento lituano
04-05/07/2017	UK - Câmara dos Comuns	Visita de trabalho de funcionários
10-07-2017	IR - Câmaras do Parlamento irlandês	Visita de funcionários
10/07/2017	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Delegação da Câmara dos Representantes neerlandesa
10-13/07/2017	UK - Câmara dos Comuns	1 deputado e 1 funcionário
12/07/2017	UK - Câmara dos Lordes	Brexit
04/09/2017	UK - Câmara dos Comuns	Visita do deputado Hilary Benn
05/09/2017	SV - Parlamento sueco	Comissão da Indústria e do Comércio
12-13/09/2017	FR - Assembleia Nacional	Comissão dos Assuntos Europeus
21/09/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de estudo de funcionários
20/09/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de estudo de funcionários
22/09/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de estudo de funcionários
25/09/2017	NL - Câmara Alta dos Estados Gerais	Comissão dos Assuntos da UE
25/09/2017	UK - Câmara dos Comuns IE - Câmaras do Parlamento irlandês	Comissão dos Assuntos Europeus da Assembleia Parlamentar Britânica-Irlandesa (BIPA)
27/09/2017	IT - Câmara dos Deputados	Deputados da Comissão da Agricultura e deputados ao Parlamento Europeu italianos da Comissão PECH (videoconferência)

28/09/2017	DK - Parlamento dinamarquês	Visita de trabalho de funcionários
04/10/2017	FI - Parlamento finlandês	Comissão para o futuro - «Estudos Científicos Prospetivos»
10-11/10/2017	LT - Parlamento lituano	Visita de Viktoras Pranckietis, Presidente, e Gediminas Kirkilas, Vice-Presidente, do Parlamento lituano
11-12/10/2017	RO - Senado romeno	Deputado Radu Oprea
12/10/2017	IT - Senado italiano	Delegação do senado italiano
12/10/2017	FR - Assembleia Nacional	Damien Pichereau
13/10/2017	SV - Parlamento sueco	Visita de estudo da administração do Parlamento sueco (Unidade de coordenação com a UE) e reunião com funcionários das comissões do PE
20/10/2017	NO - Parlamento norueguês	Apresentação a funcionários da missão da Noruega à UE
30/10/2017	DK - Parlamento dinamarquês	Funcionários dos nossos comités setoriais
06/11/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de trabalho de funcionários
06-09/11/2017	BG - Assembleia Nacional	Visita de funcionários
07/11/2017	FR - Assembleia Nacional	Reuniões bilaterais sobre o procedimento de controlo do PE
08/11/2017	UK - Câmara dos Lordes	O panorama da elaboração de políticas da UE
08/11/2017	UK - Câmara dos Comuns	Comissão de Saída da União Europeia
16/11/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de trabalho de funcionários
20/11/2017	FI - Parlamento finlandês	Grande Comissão
20/11/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de trabalho de funcionários
22/11/2017	EE - Parlamento estónio	Secretário-geral do Parlamento estónio
23/11/2017	UK - Câmara dos Comuns	Visita à Comissão INTA
27/11/2017	FR - Assembleia Nacional	Visita de trabalho de funcionários
29/11/2017	DK - Parlamento dinamarquês	Comissão dos Assuntos Europeus
01/12/2017	NO - Parlamento norueguês	Visita de trabalho de funcionários
04/12/2017	NL - Câmara Baixa dos Estados Gerais	Comissão Permanente das Finanças da Câmara Baixa dos Estados Gerais
04-05/12/2017	IE - Câmaras do Parlamento irlandês	Comissão Mista da Agricultura, da Alimentação e dos Assuntos Marinhos
05/12/2017	FR - Assembleia Nacional	Reunião de deputados e funcionários com Bernd Lange, Presidente da Comissão INTA
07-08/12/2017	BG - Assembleia Nacional	Visita de funcionários

ANEXO IV – Dados sobre o mecanismo de alerta precoce

A Comissão dos Assuntos Jurídicos, responsável por questões relacionadas com a observância do princípio da subsidiariedade no Parlamento Europeu, facultou as seguintes definições para os documentos apresentados pelos parlamentos nacionais:

- «**Pareceres fundamentados**» são documentos que assinalam a não conformidade de um projeto de ato legislativo com o princípio da subsidiariedade e que foram entregues ao Parlamento Europeu no prazo de oito semanas a que se refere o artigo 6.º do Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa.
- «**Contributos**» designam qualquer outro documento apresentado que não preencha os critérios de parecer fundamentado acima referidos.

Documentos recebidos pelos parlamentos nacionais em 2017			
		Pareceres fundamentados	Contribuições
Estado-Membro	Parlamento/Câmara	2017	2017
Áustria	Conselho Nacional	0	0
Áustria	Conselho Federal	6	9
Bélgica	Câmara dos Representantes	0	3
Bélgica	Senado	0	0
Bulgária	Assembleia Nacional	0	0
Croácia	Parlamento	0	2
Chipre	Parlamento	0	4
República Checa	Câmara dos Deputados	1	18
República Checa	Senado	1	45
Dinamarca	Parlamento	0	8
Estónia	Parlamento	0	0
Finlândia	Parlamento	0	0
França	Assembleia Nacional	2	0
França	Senado	7	19
Alemanha	Parlamento Federal	6	4
Alemanha	Conselho Federal	3	28
Grécia	Parlamento	0	2
Hungria	Parlamento	2	0
Irlanda	Câmaras do Parlamento	2	1
Itália	Câmara dos Deputados	0	24
Itália	Senado	1	42

Lituânia	Parlamento	0	0
Luxemburgo	Câmara dos Deputados	0	0
Letónia	Parlamento	0	0
Malta	Câmara dos Representantes	0	0
Países Baixos	Câmara Baixa dos Estados Gerais	2	6
Países Baixos	Câmara Alta dos Estados Gerais	2	2
Polónia	Câmara Baixa do Parlamento	2	1
Polónia	Senado	4	5
Portugal	Assembleia da República	0	64
Roménia	Câmara dos Deputados	1	10
Roménia	Senado	2	24
Espanha	Cortes Gerais	1	46
Suécia	Parlamento	4	0
Eslovénia	Assembleia Nacional	0	0
Eslovénia	Conselho Nacional	0	0
Eslováquia	Parlamento	0	3
Reino Unido	Câmara dos Comuns	0	2
Reino Unido	Câmara dos Lordes	0	0
TOTAL		49	372

Esta tabela apenas indica os documentos dos parlamentos nacionais que foram enviados em resposta a projetos de atos legislativos abrangidos pelo Protocolo n.º 2 do Tratado de Lisboa. Não inclui observações escritas sobre documentos de consulta não legislativos, livros verdes ou livros brancos (o denominado «diálogo político informal»).

ANEXO V - Centro Europeu de Investigação e Documentação Parlamentares (CEIDP)

A. Matérias sobre as quais os órgãos políticos e os serviços administrativos do Parlamento Europeu consultaram a rede CEIDP em 2017 através de pedidos comparativos sobre:

- 3525 Melhores práticas e ações inovadoras para promover a igualdade entre homens e mulheres na administração do Parlamento
- 3488 Subsídios aos deputados dos parlamentos nacionais
- 3458 Organização de audições nos parlamentos
- 3436 Assinatura eletrónica no ciclo legislativo
- 3368 Triagem de resíduos nas instalações dos Parlamentos

O Parlamento Europeu forneceu respostas aos seguintes pedidos de outros parlamentos da rede CEIDP:

- 3597 Avaliação de impacto independente (ex ante) dos projetos de ato legislativo: métodos, custos e meios
- 3606 Programas dedicados à juventude nos parlamentos
- 3568 Estratégia de comunicação em linha
- 3563 Saúde - departamento de serviços médicos (médicos) no Parlamento
- 3554 Recursos informáticos no Parlamento
- 3578 Dispositivos de votação utilizados nos parlamentos
- 3549 Serviço de tradução no Parlamento
- 3511 Creche (infantário) nas instalações do parlamento
- 3514 Centralização da TI nos parlamentos: atualizações dos sistemas operativos e correções de segurança
- 3528 Criação da Comissão das Petições nos parlamentos
- 3505 Atividades parlamentares e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
- 3444 Questionário para o seminário do CEIDP sobre como os parlamentos lidam com as questões relacionadas com os mercados financeiros (Atenas, 5-6 de outubro de 2017)
- 3487 Partilha de documentos de investigação
- 3476 Inquérito sobre a satisfação dos utilizadores
- 3453 Bibliotecas e Serviços de Estudos
- 3452 Linguagem inclusiva na elaboração de atos normativos
- 3445 Utilização das viaturas privadas dos deputados para fins parlamentares
- 3442 Passaportes diplomáticos para os deputados
- 3402 Ficha de dados pessoais dos deputados
- 3421 Museu do Parlamento
- 3401 Crescimento do orçamento das assembleias parlamentares
- 3376 Bibliotecas, serviços de estudos e de documentação nos parlamentos: experiências, tendências e perspetivas (inquérito para o seminário do CEIDP, Roma, 8-9 de junho de 2017)
- 3358 Questionário sobre a situação material dos deputados
- 3383 Prática de utilizar preâmbulos nos textos dos atos jurídicos
- 3361 Participação dos parlamentos na política externa

- 3352 Questionário para o seminário do CEIDP sobre a legitimidade dos parlamentos e os novos instrumentos de supervisão
- 3372 Atividades prospetivas nos parlamentos
- 3354 Pessoal das unidades de biblioteca, de serviços de estudos e de gestão de documentos e dos arquivos dos parlamentos
- 3344 Aplicação nos parlamentos do Regulamento (UE) 2016/679 relativo à proteção de informações pessoais
- 3326 Como é que os parlamentos consultam os cidadãos e as partes interessadas?
- 3314 Serviços de estudos parlamentares

B. Seminários e sessões estatutárias do CEIDP em 2017

Seminários		
Seminário «A legitimidade dos parlamentos e os novos instrumentos de supervisão» (área de interesse: Práticas e Procedimentos Parlamentares)	Lisboa	8-9 de maio
Seminário «Bibliotecas, serviços de estudos e de documentação: experiências, tendências e perspetivas em comparação» (área de interesse: Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos)	Roma, Senado e Câmara dos Deputados	8-9 de junho
Seminário «As implicações das pressões orçamentais sobre o investimento em serviços de TIC nos parlamentos» (área de interesse: TIC nos parlamentos)	La Valeta	14-15 de setembro
Seminário «O futuro dos serviços de estudos e das bibliotecas parlamentares num domínio em rápida mudança: otimização da qualidade, do serviço, da prestação e da relevância» (área de interesse: Bibliotecas, Serviços de Estudos e Arquivos)	Bruxelas, PE	21-22 de setembro
Seminário «Como os parlamentos lidam com as questões relacionadas com os mercados financeiros» (área de interesse: Assuntos Económicos e Orçamentais)	Atenas	5-6 de outubro
Sessões estatutárias		
Reunião do Comité Executivo	Viena	9-10 de março
Reunião do Comité Executivo	Estocolmo	28-29 de setembro
Conferência Anual dos Correspondentes 40 Anos do CEIDP	Estrasburgo, PE e Assembleia	19-21 de outubro

	Parlamentar do Conselho da Europa	
--	-----------------------------------	--

C. «Spotlight on Parliaments in Europe»

- N.º 14 - Member States: No special constitutional provisions for the withdrawal from the EU (Estados-Membros: nenhuma disposição constitucional especial para a saída da UE)
- N.º 15 - Recruitment of family members as parliamentary assistants (Recrutamento de familiares como assistentes parlamentares)
- N.º 16 - Spreading hate speech through social networks (Difusão de discursos de ódio através das redes sociais)
- N.º 17 - Measures to reduce the consumption of plastic bags and disposable tableware (Medidas destinadas a reduzir o consumo de sacos de plástico e de serviço de mesa descartável)
- N.º 18 - Criminal penalties in EU Member States' legislation on irregular entry and stay (Sanções penais na legislação dos Estados-Membros em matéria de entrada ou permanência irregular)

PARLAMENTOS NACIONAIS DOS ESTADOS-MEMBROS DA UE

Março 2018



eleição direta



eleição indireta / nomeação / outro

Belgique/België/ Belgien BÉLGICA Kamer van volksvertegen- woordigers/ Chambre des représentants/ Abgeordneten-kammer 150 Senaat/ Sénat/ Senat 60	България BULGÁRIA Народно събрание (Narodno sabranie) 240	Česká republika REPÚBLICA CHECA Poslanecká sněmovna 200 Senát 81	Danmark DINAMARCA Folketinget 179
Deutschland ALEMANHA Deutscher Bundestag 709 Bundesrat 69	Eesti ESTÓNIA Riigikogu 101	Éire/Ireland IRLANDA Dáil Éireann 158 Seanad Éireann 60	Ελλάδα GRÉCIA Βουλή των Ελλήνων (Vouli ton Ellinon) 300
España ESPAÑA Congreso de los Diputados 350 Senado 208 58	France FRANÇA Assemblée nationale 577 Sénat 348	Hrvatska CROÁCIA Hrvatski sabor 151	Italia ITÁLIA Camera dei Deputati 630 Senato della Repubblica 315 5
Κύπρος CHIPRE Βουλή των Αντιπροσώπων (Vouli ton Antiprosopon) 56	Latvija LETÓNIA Saeima 100	Lietuva LITUÂNIA Seimas 141	Luxembourg LUXEMBURGO Chambre des Députés 60
Magyarország HUNGRIA Országgyűlés 199	Malta MALTA Il-Kamra Tad-Deputati 67	Nederland PAÍSES BAIXOS Tweede Kamer 150 Eerste Kamer 75	Österreich ÁUSTRIA Nationalrat 183 Bundesrat 61
Polska POLÓNIA Sejm 460 Senat 100	Portugal PORTUGAL Assembleia da República 230	România ROMÉNIA Camera Deputatilor 329 Senat 136	Slovenija ESLOVÉNIA Državni zbor 90 Državni svet 40
Slovensko ESLOVÁQUIA Národná Rada 150	Suomi/ Finland FINLÂNDIA Eduskunta 200	Sverige SUÉCIA Riksdagen 349	United Kingdom REINO UNIDO House of Commons 650 House of Lords 785



RELNATPARL@EP.EUROPA.EU

WWW.EUROPARL.EUROPA.EU/RELNATPARL

LO11672 | Conception & Design (covers) : IDEA Unit | Print : Printing Unit | DG IT/EC, DDP-Directorate | © European Union, 2018 - EP